



1933

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS ZONA LESTE
INSTITUTO DAS CIDADES

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURSO DE GEOGRAFIA - Bacharelado

(versão de setembro de 2015)

**DOCUMENTO PARA DEBATE EM SESSÃO
NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015**

Prof.^a Dr.^a Soraya Smaili

Reitora

Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Minhoto

Pró-Reitora de Graduação

Coordenadora do Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes

Pró-Reitor adjunto de Planejamento

Coordenador do Planejamento de Implantação do Campus Zona Leste

Comissão Mista do Conselho Universitário para Implantação do Campus Zona Leste

(Resolução nº 93, de 13 de novembro de 2013)

Representantes da Unifesp: Soraya Soubhi Smaili, Maria Angélica Pedra Minhoto, Maria Lucia Formigoni, Pedro Arantes, Aguiar Furuie, Cristina Gabrielloni, Carlos Alberto Bello, Luiz Leduino de Sales Neto, Elaine Muniz Pires, Ramon Brandão. *Representantes do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste:* Amauri Lima, Ana Martins, Anderson Migri da Cunha, Antonia Sarah Aziz Rocha, Claudio Cobos, Flariston Francisco da Silva Jorge Macedo, Luis França, Marcio de Almeida, Tião Soares, Valter de Almeida Costa, Waldir A. Augusti.

Coordenação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos

(Portaria Prograd n.5 de 15 de maio de 2015)

Coordenação geral:

Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Minhoto (Pró-Reitora de Graduação Unifesp)

Coordenação e vice coordenação PPC de Administração Pública:

Prof.^a Dr.^a Gabriela de Brelaz (Unifesp Osasco) e Prof.^a Dr.^a Marcia Carvalho de Azevedo (Unifesp Osasco)

Coordenação e vice coordenação PPC Arquitetura e Urbanismo:

Prof. Dr. Pedro Fiori Arantes (Unifesp Guarulhos) e Prof. Wilson Ribeiro Junior (PUC-Camp) em cooperação

Coordenação e vice coordenação PPC Engenharia Ambiental e Sanitária:

Prof. Dr. Zysman Neiman (Unifesp Diadema) e Prof. Dr. Cledson Akio Sakurai (Unifesp Baixada Santista)

Coordenação e vice coordenação PPC Engenharia Civil:

Prof. Dr. Ricardo Moretti (UFABC) e Prof. Dr. Renato Dagnino (Unicamp) ambos em cooperação

Coordenação e vice coordenação PPC Geografia Licenciatura e Bacharelado:

Prof. Dr. Jorge Barcellos (Unifesp Guarulhos) e Prof. Dr. Marcos Xavier (Unila) em cooperação

Colaboração especial com os PPCs de Engenharia:

Prof. Dr. Yoshiaki Shimbo (UFSCar)

Site:

www.unifesp.br/campus/zonaleste

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURSO DE GEOGRAFIA

(versão setembro de 2015)

**DOCUMENTO PARA DEBATE EM SESSÃO
NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
 - a. Do Instituto das Cidades
 - b. Do Curso de Geografia - bacharelado
 - c. Dados Técnicos do Curso
 - d. Turnos e Horários de Funcionamento
 2. HISTÓRICO
 - a. Da Unifesp
 - b. Do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste
 3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS
 - a. Objetivos e Princípios do Instituto das Cidades
 - b. Objetivos e Princípios do Curso de Geografia
 4. TRANSVERSALIDADES E LINHAS INTERDISCIPLINARES
 5. PERFIL DO CURSO, INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA
 6. PERFIL DO EGRESSO
 - a. Do Instituto das Cidades
 - b. Do Curso de Geografia
 - c. Campo de atuação profissional
 7. PERFIL DOCENTE
 - a. Do Instituto das Cidades
 - b. Do Curso de Geografia
 - c. Professores, Pesquisadores e Profissionais visitantes
 8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
 - a. Narrativa e síntese progressiva
 - b. Núcleos Temáticos
 - c. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)
 - d. Matriz Curricular
 9. AUTONOMIA ESTUDANTIL E MEMORIAL DO PROCESSO FORMATIVO
 10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
 11. INTERCÂMBIO, MOBILIDADE E TRABALHO DE CAMPO
-

12. PRÁTICAS E DIÁLOGOS GEOGRÁFICOS
 13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
 14. ARTICULAÇÃO ENTRE BACHARELADO E LICENCIATURA
 15. ATIVIDADES CONVERGENTES NO INSTITUTO DAS CIDADES
 - a. Ensino
 - b. Pesquisa
 - c. Extensão
 - d. Exposição e Fóruns anuais
 - e. Atividades Complementares
 - f. Residência em Cidades
 - g. Dupla diplomação
 16. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
 - a. Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades
 - b. Gestão Acadêmica do Curso de Geografia
 - c. Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos
 17. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO
 - a. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem
 - b. Sistema de Avaliação e Renovação do Projeto Político Pedagógico do Curso
 18. COOPERAÇÃO ACADÊMICA
 - a. Cooperação com Escolas e Institutos da Unifesp
 - b. Cooperação com Universidades e Institutos do Estado de São Paulo
 - c. Cooperação com Universidades e Institutos Federais
 - d. Cooperação Internacional
 19. ADMINISTRAÇÃO-ESCOLA E PERFIL DOS TAEs
 - a. A administração-escola do campus e seu programa de estágio
 - b. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação - TAEs
 20. APOIO AO ESTUDANTE
 - a. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
 - b. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Graduação
 21. QUADRO DE SERVIDORES DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
 - a. Docentes do Curso de Geografia
 - b. Docentes dos demais cursos do Instituto das Cidades
 - c. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste
 22. INFRAESTRUTURA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES
 23. EMENTÁRIO
 24. ANEXOS
 - a. Documentos Orientadores para a Construção do PPPC
 - b. Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Curso
 - c. Regulamento e Normas para elaboração do TCC
-

1. APRESENTAÇÃO

a. Do Instituto das Cidades

A Universidade Federal de São Paulo tem o compromisso de continuar a expansão do ensino superior público no Estado com menor porcentagem de vagas públicas por habitante e recebeu a incumbência da Presidenta da República, em agosto de 2011 (quando anunciados 47 novos campi federais no Brasil), de implantar três novos campi. Destes, o Campus Osasco já se encontra em pleno funcionamento e, em 2014 foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário a implantação do Campus Zona Leste, em terreno desapropriado pela Prefeitura em 2013.

Ao longo de 2013 e 2014, com participação de especialistas do Brasil e do exterior, de movimentos sociais e profissionais de áreas afins, por meio de audiências públicas, seminários e workshops, formulamos a proposta de um Instituto cujo tema estratégico e aglutinador são as cidades e assentamentos humanos – cujos problemas históricos que se perpetuam e se agravam (mobilidade, água e saneamento, moradia, meio ambiente, desafios da gestão integrada de metrópoles, violência, degradação dos espaços públicos, aumento das áreas de risco, desequilíbrios intraurbanos e regionais, imensas desigualdades sócioespaciais, entre outras) e a necessária pesquisa de soluções são hoje questões decisivas para o futuro das sociedades. Tal proposta compreende que a pesquisa, a análise crítica, a formação de profissionais engajados na formulação de novas políticas públicas, no Brasil e no mundo, são fundamentais para a solução destes problemas.

O Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades é resultado desse processo de discussão e mobilização. Sua redação final, aprovada pelo Conselho Universitário em dezembro de 2014, está disponível no site do Instituto (www.unifesp.br/campus/zonaleste).

A missão do Instituto das Cidades é favorecer espaços de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar entre formações complementares, para resolução de problemas urbanos complexos, de modo a conceber, transformar e construir cidades melhores, mais justas e sustentáveis – e tornar-se importante referência regional em redes internacionais de pesquisas em cidades, que tem crescido enormemente, com novos centros não apenas na Europa e EUA, mas também na Índia, China, África e América Latina.

O Instituto das Cidades será formado pelos seguintes cursos de graduação:

1. Administração Pública (bacharelado)
2. Arquitetura e Urbanismo (bacharelado)
3. Engenharia Ambiental e Sanitária (bacharelado)
4. Engenharia Civil (bacharelado)
5. Geografia (bacharelado e licenciatura)
6. Design (bacharelado)
7. Engenharia de Mobilidade e Transportes (bacharelado)
8. Turismo (bacharelado)

Os cursos 1 a 5 já estão autorizados pelo Conselho Universitário da Unifesp e pactuados com o MEC para sua implantação imediata. Os cursos 6 a 8 fazem parte do Projeto Político Pedagógico do Instituto, aprovado pelo Consu, e planejados para abertura futura.

b. Do Curso de Geografia - Bacharelado

O curso de Geografia- Bacharelado da Universidade Federal de São Paulo Unifesp é parte do Instituto das Cidades, situado no Campus Zona Leste da capital paulista, região da metrópole historicamente caracterizada pela ocupação desordenada, pelos baixos investimentos públicos em equipamentos e serviços urbanos e pela maioria da população ser constituída por trabalhadores de baixa renda, em sua maioria, migrantes oriundos das regiões menos desenvolvidas do Brasil que chegam à cidade desde meados do século passado, quando se intensifica o processo de modernização com base no processo de industrialização por substituição de importações que desencadeou, desde então, profundas transformações na sociedade e no território, destacadamente a expansão da agricultura capitalista, o acelerado processo de urbanização com formação de grandes metrópoles, uma divisão social e territorial do trabalho que integra o país ao mesmo tempo que o torna profundamente desigual e um intenso fluxo migratório direcionado para as principais cidades do país, onde riqueza e pobreza convivem de forma complementar e contraditória reafirmando o caráter segregador da sociedade brasileira. Reafirmando a importância da universidade pública produzir conhecimentos comprometidos com as transformações necessárias para a construção de uma sociedade mais justa, o curso tem como principal compromisso a análise e compreensão crítica sobre a atual dinâmica da urbanização brasileira, com vistas a contribuir com a proposição de políticas que procurem promover meios de superação dos problemas que levam milhões de brasileiros a sofrerem cotidianamente as mazelas geradas pelos mais diversos tipos de carência e de escassez característicos da histórica desigualdade social que marca a história do país. Parte do princípio de que a produção do conhecimento crítico deve contribuir para a elaboração de formas de pensar o mundo, o país e as cidades que contribuam para a elaboração de um novo modelo econômico, social e político que conduza a realização de uma vida coletiva solidária como alternativa a atual valorização da competitividade capitalista de alcance global como único ethos possível.

O curso de Geografia do IC nasce da necessidade de enfrentar o desafio de analisar e compreender de forma crítica o intenso e acelerado processo de urbanização da sociedade e do território que tem sido conduzido pelo Estado e pelas empresas hegemônicas segundo os ditames da atual dinâmica do capitalismo cujo resultado tem sido a produção de espaços de desigualdade e segregação em todo o território nacional.

Ciente da vasta e importante produção de conhecimento sobre os processos de urbanização e dinâmica das cidades realizada pela Geografia brasileira e internacional, bem como por outros campos do conhecimento, com os quais deve dialogar, o curso de Geografia-Bacharelado do IC-Unifesp tem por finalidade propiciar uma formação de geógrafos, com ênfase na Geografia Urbana e capazes de, por meio das teorias, conceitos e categorias próprios da geografia, contribuir em equipes multiprofissionais para pensar as cidades segundo uma perspectiva crítica, mas também criativa e propositiva endereçada à resolução de problemas teóricos e práticos e à elaboração de políticas voltadas a tornar a sociedade mais justa e solidária. Compreendendo a pertinência do diálogo entre o profissional bacharel e o profissional licenciado, bem como do compartilhamento de conhecimentos fundantes da Geografia, os cursos de Bacharelado e Licenciatura apresentam um eixo estruturante comum e permitirão a formação complementar dos estudantes que desejarem obter dupla titulação a partir da realização dos respectivos percursos complementares.

c. Dados do Curso

- Dados da Instituição
 - Nome da Mantenedora: Governo Federal, Ministério da Educação
 - Nome da IES: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
 - Lei de Criação: Lei 8.597, de 17 de dezembro de 1994.
- Nome do Curso: Geografia
- Grau: Bacharelado
- Forma de Ingresso: Anual (Sisu ou transferência)
- Número total de vagas: 30
- Turno (s) de funcionamento: Matutino e Noturno
- Carga horária total do curso: 3.546 horas + Estágio 108 horas
- Regime do Curso: Parcial
- Tempo de integralização: 8 semestres (diurno); 10 semestres (noturno)
- Situação Legal do Curso: em elaboração do PPP
- Endereço de funcionamento do curso: Campus Zona Leste. Avenida Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera - São Paulo - SP - CEP 08260-001
- Conceito Preliminar de Curso - CPC e Conceito de Curso – CC: -
- Resultado do ENADE no último triênio: -
- Política de cotas: reserva de vagas para afrodescendentes, indígenas, estudantes que cursaram ensino médio em escola pública e, dentro desta, um bônus regional para escolas da Zona Leste. [observação: sistema de bônus regional é adotado desde 2009 pela UnB nos campi das cidades satélites e pela UFPE – precisamos avaliar legalidade e implementação]

d. Turnos e Horários de funcionamento

O Instituto das Cidades contará com cursos de graduação matutinos e noturnos, atividades complementares e pós-graduação no período vespertino, utilizando sua infraestrutura em tempo integral.

Organização temporal:

7:00 - Abertura do Campus

7:30 as 8:30 – Café da Manhã

8:30 às 13:00 – Graduação Matutino (4h + intervalo 30 min)

12:00 às 14:00 – Almoço

14:00 às 18:00 – Pós-Graduação, Pesquisa, Cultura e Extensão, Atividades Complementares, Esporte, Estágio Programado

18:00 às 20:00 – Jantar

19:10 às 22:30 – Graduação Noturno (3h + intervalo 20 min)

23:00 - Fechamento do Campus

Funcionamento Administrativo: 9:00 às 18:00 (horário comercial)

Plantão de Manutenção (até as 23:00)

Secretaria de Alunos e Biblioteca: 10:00 às 22:00 (atendimento contínuo por 12 horas)

2. HISTÓRICO

a. Da Unifesp

[texto padrão está sendo revisto pelo PDI 2016-2020 da Unifesp]

b. Do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste

O Campus Zona Leste é resultado não apenas da ação do governo federal e da Unifesp como também da mobilização de movimentos sociais na região para a instalação de universidades públicas que atendam a uma população que hoje supera o número de 4 milhões de pessoas. Na década de 1980, com a redemocratização e a ação de base de diversos movimentos, a zona leste tornou-se um campo importante de mobilização popular pela democratização da cidade e da sociedade. Além das ações em favor da ampliação do acesso à escola de primeiro e segundo graus (hoje ensino fundamental e ensino médio), pela abertura das escolas no período noturno e pela democratização da escola (participação dos estudantes e comunidades na gestão), o movimento defendeu a existência de uma Universidade do Trabalhador, inspirada na pedagogia libertadora de Paulo Freire.

Na década de 1990, representantes dos movimentos da zona leste visitaram os reitores das universidades públicas do Estado de São Paulo, inclusive a Unifesp que, segundo o reitor à época, via a necessidade de expandir a atuação da instituição com a criação de um campus universitário para a zona leste. Em 1996, o reitor Dr. Hélio Egydio Martins (1995-2003) nomeou uma comissão de estudos para efetivar a expansão da Unifesp naquela região, com cursos na área de Ciências Ambientais. A localização prevista para essa expansão da Unifesp era a mesma onde hoje está localizada a USP Leste – EACH. Participaram dessa Comissão representantes da zona leste e da universidade, entretanto a Comissão não teve prosseguimento.

Em 2005, foi inaugurado o Campus Zona Leste da USP, com nove cursos de graduação. Em 2008, o movimento entrega ao então Ministro da Educação Fernando Haddad um documento com a reivindicação de levar uma universidade federal para a região, indicando o terreno da antiga fábrica Gazarra, uma metalúrgica que falira, situada na Avenida Jacu-Pêssego, em Itaquera, próximo à APA do Carmo, para a sua instalação. Em 2011, a Unifesp inicia as negociações para a instalação do campus, quando participa da escolha do terreno da Gazarra, em conjunto com o movimento pela implantação da universidade, a prefeitura e o MEC. O terreno, de 173 mil m², foi leiloado após a falência da fábrica e, poucos meses depois, decretado o interesse público para sua desapropriação, que se consumou apenas em janeiro de 2013.

Em março do mesmo ano, a Câmara Municipal aprovou lei autorizativa de cessão do terreno por 90 anos para a implantação do Campus Zona Leste, como parte do programa atual do MEC de expansão de 47 novos campi. A prefeitura realizou Investigação Confirmatória e agora contrata Investigação Detalhada e Projeto de descontaminação de solo, em função da atividade industrial. A Cetesb segue acompanhando o processo e autorizou a contratação de projetos e obras em parcela do terreno na qual não foram encontrados indícios de contaminação industrial.

Após a realização de três Audiências Públicas sobre a implantação do Campus, realizadas na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e na Zona Leste, em agosto de 2014 o Conselho Universitário nomeou uma Comissão Mista, com 12 membros indicados da universidade e 12 da sociedade civil. Dentre os trabalhos da Comissão foram analisados e debatidos os cursos de graduação a serem implantados, as atividades de

extensão universitária já em andamento, os projetos de edificações e o cronograma de implantação do campus, para que pudessem ser definidos e aprovados nos conselhos centrais pertinentes e no CONSU.

O Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades foi apresentado e debatido em Seminário nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2014 e aprovado por unanimidade na reunião ordinária do Conselho de Graduação, em 19 de fevereiro de 2014. Em abril, o Ministério da Educação (MEC) manifestou-se favoravelmente ao projeto político-pedagógico do Instituto das Cidades, ratificando a pertinência do tema e o modelo de ensino interdisciplinar proposto. Durante os meses de outubro e novembro de 2014 realizamos um novo seminário para aprofundamento do projeto pedagógico, em duas rodadas, totalizando quatro dias de discussões com 12 colaboradores, sendo cinco internacionais. No início de dezembro, após algumas rodadas de negociação com a Reitoria, o Ministério da Educação, foram definidos os termos de pactuação do Campus (número de cursos, estudantes, professores, técnicos, recursos de custeio, capital e assistência estudantil).

Em sessão histórica do dia 17 de dezembro de 2014, com a presença de representantes do Movimento da Zona Leste, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade o novo Campus, com diversas manifestações de apoio ao projeto inovador e estratégico do Instituto das Cidades e todo o planejamento que está sendo feito para sua implantação. No dia 18 de dezembro a Reitora Soraya Smaili foi a Brasília e assinou a pactuação aprovada pelo Conselho, dando oficialmente início ao Campus Zona Leste.

3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

a. Objetivos e Princípios do Instituto das Cidades

Objetivos:

- Oferecer novos cursos de graduação necessários à consolidação de uma instituição superior plena, que fomentem o desenvolvimento de estudos e pesquisas em uma área de conhecimento estratégica para a Unifesp e para o Brasil, propiciando a participação da universidade no debate global sobre cidades (das megalópoles às pequenas cidades) e assentamentos humanos (vilas rurais, aldeias indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas etc.), seus problemas e soluções;
- Viabilizar as condições acadêmicas, espaciais, temporais e de infraestrutura física e recursos humanos para que os cursos de graduação, pós-graduação e as atividades de extensão relacionadas ao urbano e assentamentos humanos agreguem e desenvolvam saberes e práticas comuns ao seu objeto;
- Tornar-se polo de formação em políticas e tecnologias urbanas, com reconhecimento nacional e internacional, participando de redes internacionais de pesquisa e colaboração na área;
- Ampliar a oferta de cursos de graduação, especialização, pós-graduação e extensão universitária, colaborando para minimizar o desequilíbrio entre oferta privada e pública de ensino superior na zona leste, considerando inclusive a baixa oferta de cursos voltados a essa área na região;
- Promover a formação teórica, prática e interdisciplinar de profissionais e pesquisadores para refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente sobre problemas complexos, tais como:
 - a precariedade das infraestruturas urbanas;
 - a segregação socioespacial e a má qualidade da maior parte dos espaços de moradia e dos equipamentos e serviços públicos;
 - o travamento da mobilidade urbana dirigida pelo favorecimento ao automóvel;
 - a falta crônica de saneamento básico e água potável em determinadas regiões e os problemas de saúde pública;
 - a ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis e a recorrência de catástrofes ambientais que atingem sobretudo os mais pobres.
- Promover, no âmbito local, a interação entre Humanidades, Ciências Exatas, Ciências da Natureza, Arte e Tecnologia, por meio da interdisciplinaridade e da contextualização a ser prevista nas matrizes curriculares dos cursos e ampliar a possibilidade de interação por meio de atividades acadêmicas multicampi;
- Mobilizar métodos de ensino atualizados e inovadores, que estimulem simultaneamente o conhecimento teórico, empírico e experimental, combinando o uso de tecnologias digitais, ateliês de projeto, canteiros de obras experimentais, laboratórios de ciências aplicadas e oficinas de materiais, ofícios e modelos;
- Colaborar com as instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas e territoriais, fóruns de prefeitos e redes de movimentos populares e organizações não

governamentais – por meio da pesquisa, extensão, estágio e residência multiprofissional em Cidades.

- Estabelecer relações com o entorno por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, tendo em vista o desenvolvimento da região. A futura localização do Instituto é propícia: em seu entorno estão combinadas moradias (grandes conjuntos habitacionais, autoconstrução e produção de mercado), indústrias, eixos de transportes, equipamentos comerciais e de lazer/cultura, chácaras remanescentes e áreas de preservação ambiental, síntese complexa de situações recorrentes nas grandes metrópoles brasileiras e do mundo, o que permite ações e investigações locais com caráter de exemplaridade.

Princípios:

- A **vocação pública**, coerente com os objetivos de uma Universidade Pública orientada pelas demandas sociais e do desenvolvimento nacional, deverá guiar o ensino, a pesquisa e a extensão no Instituto das Cidades, dirigidos às políticas e projetos que fomentem o interesse público, o bem comum, a equidade, a sustentabilidade, a ética, a criatividade e inovação, a economia solidária, em defesa do direito a cidades melhores, mais justas, belas e saudáveis;
- A **defesa da relevância e atualidade** na escolha de temas de ensino, extensão e pesquisa com a definição de problemas que afetam o cotidiano dos trabalhadores, em seus bairros e condições de vida nas cidades, a partir de uma realidade social, espacial e historicamente determinada, local e globalmente, como dado que precede e orienta a intenção e o método de pesquisar e ensinar;
- A **compreensão de que os problemas e soluções sociais devem ser pensados considerando a dimensão territorial dos mesmos**, pois resultam das relações físicas e sociais, de poder, classe, econômicas, étnicas e culturais que constituem o meio construído, enfatizando no ensino, pesquisa e extensão essa condição fundamental da vida cotidiana, dos sistemas ambientais às políticas sociais e de desenvolvimento;
- A **defesa do prazer na relação com o conhecimento**, criando contextos de ensino e aprendizagem que sejam criativos, estimulantes, participativos, colaborativos – em que professor e estudantes construam situações de diálogos motivadoras no encontro com o saber, evitando as práticas e atitudes de opressão, humilhação, sofrimento, competição que muitas vezes caracterizam as formas convencionais de ensino-aprendizagem.
- O ensino, pesquisa e extensão em **interlocução com a sociedade civil e os cidadãos**, com aqueles para os quais a cidade é meio de vida e valor de uso, mantendo uma visão atenta e crítica em relação ao Estado e ao Mercado, a defesa da democracia plena, caracterizando casos, problemas e pesquisando soluções de forma dialógica e cooperativa, ouvindo as demandas, ideias e posições da população e aprendendo igualmente com seu saber e sua inteligência resolutiva em relação às carências cotidianas;
- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e sua **interlocução com os demais produtores da cidade**, entendendo o profissional formado no Instituto das Cidades como um dos agentes de uma cadeia mais ampla na construção do ambiente urbano, tendo

consciência profissional e ética das consequências econômicas, políticas, sociais e ambientais de seus atos, prescrições e projetos para os demais produtores, em suas condições de trabalho, saúde e segurança, dando-lhe visibilidade, voz e atuando em cooperação, em especial com aqueles que estão nas situações mais vulneráveis – na extração de matérias-primas, na fabricação de materiais de construção e nos canteiros de obra;

- A **atuação interdisciplinar e coletiva** na compreensão e resolução de problemas complexos, como os da urbanização, orientará contextos de ensino-aprendizagem com grupos de estudantes de múltiplas formações (internas ao IC, mas também com as outras unidades e áreas de conhecimento da Unifesp), que deverão levar para sua vida profissional o princípio de atuação cooperativa multidisciplinar na avaliação e enfrentamento dos grandes problemas urbanos;
- A **indissociabilidade entre teoria e prática**, como princípio formador e integrador das atividades de ensino-aprendizagem, evitando a fragmentação do currículo em momentos estanques, com permanente problematização e pesquisa de soluções no sentido de um profissional capaz de agir de forma reflexiva e propositiva de soluções, simultaneamente;
- A **indissociabilidade entre meios e fins**, como meio de evitar a autonomização das soluções em relação aos contextos e problemas reais, a emergência de uma razão técnica e instrumental dissociada das questões substantivas, de modo a sempre emitir juízos de valor, éticos e profissionais sobre as decisões que estão sendo tomadas na execução de projetos e políticas para as cidades.
- A proposição de **políticas e tecnologias sociais e sustentáveis**, em oposição às tecnologias que degradam, exploram e subordinam os trabalhadores e os recursos naturais e impõem situações de insalubridade e sofrimento à totalidade da população, estimulando o ensino, pesquisa e extensão para propor novas e resgatar antigas formas de produção da cidade, desenvolvidas e controladas pelo conjunto dos trabalhadores, sustentáveis social e ambientalmente;
- A **defesa da história dos lugares e da qualidade do ambiente construído** é princípio indissociável na transformação progressista das cidades em espaços de solidariedade, harmonia, felicidade e bem viver para todos os cidadãos, procurando soluções políticas e técnicas que favoreçam cidades que atendam de forma inteligente e criativa as necessidades de suas populações, que preservem de forma viva e integrada sua história e seu patrimônio construído e natural, que reforcem o sentido do seu lugar no mundo, que sejam a expressão de cidades que valorizem seus habitantes e seus contextos sócio culturais.

b. Objetivos e Princípios do curso de Geografia - bacharelado

Objetivo principal:

Formar profissionais com espírito crítico e autonomia intelectual, preparados para trabalharem em equipes multiprofissionais contribuindo por meio de seus conhecimentos para investigar, pensar e propor soluções de problemas, particularmente aqueles associados à dinâmica da urbanização e das cidades, a partir de uma atitude cientificamente rigorosa e socialmente solidária e generosa.

Objetivos específicos:

- Tornar-se curso de referência na formação de geógrafos capazes pensar criticamente a cidade de forma indissociável da região, do território nacional e do mundo e de contribuir para a proposição de políticas urbano-regionais;
- Propiciar uma formação integradora entre a produção teórica construída a partir da análise crítica de situações concretas e a elaboração de proposições políticas para a resolução de problemas.
- Estimular a autonomia, protagonismo, pensamento crítico e criativo do estudante, a capacidade de definir progressivamente sua trajetória ao longo do curso, elegendo áreas de interesse, com autoconsciência do percurso formativo, na escolha de atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), atividades complementares, estágio e intercâmbio, tornando-se sujeito ativo na sua formação, do primeiro semestre ao trabalho de conclusão de curso;
- Propiciar a análise crítica do processo histórico de produção social do espaço urbano compreendendo o meio ambiente construído como o resultado das relações sociais de produção e como condição das ações do Estado, das instituições, das empresas e de seus habitantes, identificando as intencionalidades e poderes que presidem sua produção, apropriação e uso que geram situações de desigualdade e conflito no âmbito do sistema capitalista;
- Definir e apoiar temas de pesquisa relevantes em geografia e desenvolvê-los de forma progressiva e sistemática, fortemente integrada com as atividades cotidianas de ensino e extensão;
- Contribuir para o caráter extensionista do Instituto das Cidades, em diálogo com órgãos e serviços públicos, com escolas da rede pública de educação básica, com organizações de trabalhadores e movimentos sociais, cooperativas populares, observatórios e centros de pesquisa e de memória, procurando construir colaborativamente o avanço nas políticas públicas que envolvam o planejamento e ordenamento urbano;
- Promover a interlocução com os demais cursos do Instituto das Cidades por meio de eixos temáticos e proposição de linhas de pesquisa e ações de extensão que promovam o diálogo e trabalho colaborativo entre os diferentes estudantes, professores e profissionais do IC.

Princípios:

- O compromisso com o pensamento social crítico vocacionado para a proposição de políticas que visem tornar as sociedades mais justas, livres, autônomas e soberanas, contribuindo para melhorar as condições da existência humana;
- A priorização de temas de pesquisa sobre a dinâmica das cidades e da urbanização, particularmente dedicados a compreender os processos geradores de desigualdades, de situações de vulnerabilidade e de risco para a maioria da população, mas também aqueles associados à geração de alternativas, de contra-racionalidades e de emergência de sociabilidades, produções e consumos não hegemônicos a partir dos lugares;
- A indissociabilidade entre a sociedade e o espaço socialmente produzido ao longo do processo histórico e a compreensão do meio construído como condição da ação e, portanto, para a elaboração de futuros alternativos.

4. TRANSVERSALIDADES E LINHAS INTERDISCIPLINARES

Os oito cursos previstos para o Instituto das Cidades são integrados por Abordagens Transversais (comuns a todos) e Linhas Interdisciplinares que fomentam diálogos temáticos.

Abordagens transversais

Para tratar de temas que podem nortear a construção da cidadania e a democracia dos profissionais formados pelo Instituto das Cidades por meio do debate de questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social, optou-se por priorizar aqueles que apresentam, na atualidade, maior urgência social e que podem favorecer a compreensão da realidade e a participação cidadã. Tratam-se, portanto, de abordagens que permitam aos alunos desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a passividade para intervir na transformação social de forma responsável. Sua complexidade faz com que nenhuma das unidades curriculares da matriz pedagógica, isoladamente, seja suficiente para abordá-los.

Ao invés de se isolar ou de compartimentar o ensino e a aprendizagem, as abordagens transversais devem se dar de forma que o trabalho nas unidades curriculares seja sistemático e contínuo no decorrer de toda a formação do profissional, possibilitando um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas. As Abordagens Transversais resumem valores e dimensões a serem almejadas em todas as atividades de ensino-pesquisa-extensão. São elas:

- Ética, Equidade E Justiça Social
- Diversidade E Pluralidade Sócio-cultural
- Cooperação E Trabalho Em Equipe
- Espírito Crítico E Investigativo
- Criatividade, Inovação E Prazer Pelo Conhecimento
- Sustentabilidade E Responsabilidade

Linhas interdisciplinares

Já o objetivo das Linhas Interdisciplinares é estimular a convergência em temas de ensino, pesquisa e extensão, metodologias, processos de ensino-aprendizagem na graduação e pós-graduação. Todos os cursos terão representantes em todas as linhas temáticas e vice-versa, de modo a garantir a integração e o diálogo interdisciplinar. Todos os docentes devem fazer parte de um colegiado de curso e de um colegiado temático. Todas as Unidades Curriculares devem estar associadas a uma linha e a um ou mais cursos.

Cada Linha Interdisciplinar contará com um coordenador e um vice-coordenador, responsáveis por promover a implantação da proposta do Instituto das Cidades (IC), em conjunto com os coordenadores e vice-coordenadores dos demais cursos e linhas do IC. O coordenador da Linha será membro da Câmara de Graduação e deverá encaminhar as demandas da sua linha àquela instância de deliberação. As oito Linhas Interdisciplinares são:

1. Estado e Políticas Públicas. Temas: Teorias e Organização do Estado; Geografia Política: território e poder; Estado, Poder e Sociedade na América Latina; Democracia, participação e controle social do Estado; Interesse Público; Políticas Públicas e sua dimensão territorial; Orçamento e Finanças; Direito constitucional, administrativo e legislação; Poder Republicano e Burocracia; Teorias e ferramentas do Planejamento e da Administração; Compras públicas; Estratégias e modalidades de licitação; Convênios e Contratos; Concursos públicos; Gestão com Pessoas; Escritórios Públicos de Projetos; Escolas de Governo; Metodologias e indicadores de Avaliação em políticas públicas; Avaliação de Risco em políticas públicas; Pesquisa de opinião; Ouvidorias; Órgãos Controladores e Auditorias.

2. Direito à cidade, usos e disputas territoriais. Temas: Teoria e história da urbanização; Cidade e urbano na contemporaneidade; Os dinamismos e desigualdades das cidades e metrópoles latino-americanas; Cidade, distribuição social da riqueza, segregação socioespacial e conflitos territoriais (movimentos sociais, reforma urbana/agrária, tecnopolítica e ativismo urbano); Assessorias técnicas e jurídicas a movimentos sociais; Dinâmicas populacionais e fluxos migratórios; Direito urbanístico e ordenamento jurídico-territorial; Patrimonialismo e aplicação seletiva da lei; Os discursos e as políticas da cidade (planos estratégicos, cidade parque, cidade competitiva, cidade global etc); Estratégias e táticas não hegemônicas de produção, uso e apropriação da cidade; Mídia, opinião pública e representações ideológicas da cidade; Dinâmicas político-eleitorais nas cidades; Política de segurança, violência e encarceramento.

3. Território, trabalho e desenvolvimento. Temas: Economia política da urbanização; As relações entre Estado, Mercado e Sociedade no Planejamento urbano, metropolitano e regional; Mercado de trabalho nas cidades; Mercado Financeiro, Mercado Imobiliário e o circuito de valorização de capital no espaço urbano; Estudos metropolitanos e metropolização; Estratégias territoriais das empresas; Divisão do trabalho, especializações produtivas e dinâmica regional; Políticas de implantação e modernização de grandes infraestruturas e suas formas de planejamento, gestão e regulação; O setor da construção, capitais e trabalhadores; Operários da construção e suas representações de classe; Desenvolvimento local e regional; Geografia econômica; Economia solidária, economia popular, trabalho, renda e território; Modalidades e formas de propriedade do solo; Dinâmicas contemporâneas do espaço rural.

4. Planejamento Ambiental e Gestão de Riscos. Temas: As interfaces entre a cidade e os recursos naturais: sistema de drenagem e recursos hídricos, os solos e a geotecnia, micro e meso climas; Direito ambiental; Tecnologias e infraestruturas de baixo impacto socioambiental; Paisagem e Paisagismo; Gestão de Resíduos Sólidos (Redução, Reciclagem e Reuso); Regeneração de áreas degradadas; Eficiência energética; Controle sanitário; Ciclo de Vida de produtos e logística reversa; Certificações ambientais; Estudos de impacto ambiental; Análise e gestão de áreas de risco (ambiental e geotécnico).

5. Projeto, Canteiro e Produção. Temas: Teorias e histórias da arquitetura, da engenharia e do trabalho de construir; Teoria e história do design, artesanato e indústria; Teorias e história das técnicas

e tecnologias; Projeto (produto e processo) de objetos, edificações, fundações, estruturas e infraestruturas; Gestão de Projetos; Metodologias de Projeto; Materiais e matérias-primas; Sistemas e Instalações prediais e condominiais; Tecnologias construtivas e industriais; Conforto Ambiental (Térmico, Acústico, Lumínico); Ergonomia; Saber fazer, ofícios e canteiro de obras; Processos produtivos; Sociologia e Psicologia do Trabalho; Divisão sexual do trabalho; Saúde e Segurança do Trabalho, Avaliação de Desempenho e Eficiência (do objeto, edifício, infraestruturas); Custos de operação e manutenção; Responsabilidade técnica na construção civil (legislação, atestados e acervos).

6. Educação e Estudos Culturais. Temas: Pedagogia, Educação e/na Cidade; Teoria e História da Educação; Metodologia e Didática de Ensino; Estudos Culturais; Patrimônio histórico urbano material e imaterial; Antropologia Urbana; A relação entre cultura e território; Questão de gênero e cidades; Raça, etnia e cidades; Escravidão e urbanização, e seus legados nas cidades brasileiras; Políticas culturais, valorização imobiliária e gentrificação; Religiões e religiosidades na vida urbana; Geografia da diferença; Estética e História da Arte; Cinema, Arte e Cidade; Literatura, Poesia, Música e Cidade; Teatro e Cidade; Turismo cultural; Educação Ambiental; Educação das Relações Étnico Raciais.

7. Linguagens e Representações. Temas: Teorias da Comunicação; Linguística; Comunicação social e suas linguagens; Línguas (português, espanhol, inglês); Teoria da Forma e da Percepção; Semiótica; Comunicação Visual e Artes Gráficas; Representação gráfica bidimensional e tridimensional, analógica e digital, do objeto, do edifício, território e paisagem; Desenho Livre e Técnico; Geometria e decupagem de objetos; Cartografia Temática; Geoprocessamento, Topografia e Geodésia; Georreferenciamento; Instrumentos de desenho, programação e mapeamento digital (CAD, BIM, GIS, GPS etc.); Diagramas; Infográficos; Redes digitais.

5. PERFIL DO CURSO, INSERÇÃO E JUSTIFICATIVA

No presente, o mundo tem sofrido constantes transformações segundo um ritmo cada vez mais acelerado. Em todos os continentes, a ocupação humana avança por meio das atividades produtivas, transformando a natureza e o meio construído pré-existentes com o uso de novas tecnologias, preponderantemente, segundo as ações dos Estados e das empresas, ambos influenciados pela lógica do capital financeiro. No seio deste processo, que avança de forma desigual nos diferentes territórios nacionais, a humanidade tem se tornado cada vez mais urbana. Novas infraestruturas são implantadas, intensifica-se a exploração de recursos naturais e avançam o campo moderno e as cidades, cada vez maiores, mais populosas e complexas. Estas transformações desafiam tanto a produção do conhecimento quanto a elaboração de políticas para a superação de problemas. Cabe à Geografia, por meio de seus conceitos, categorias analíticas e metodologias contribuir para a produção do conhecimento crítico desta atual dinâmica territorial segundo uma perspectiva generosa em relação às mazelas que afetam a maioria da população, aliando a ciência à proposição de novas utopias.

O presente projeto estrutura um curso que objetiva analisar e compreender as transformações do mundo contemporâneo a partir do espaço geográfico como uma categoria analítica da sociedade, na medida em que os homens, por meio do trabalho, produzem o espaço que habitam. Superando uma visão dicotômica entre natureza e sociedade, este projeto político-pedagógico trata o espaço geográfico como um meio construído. Meio constituído por elementos naturais (solo, relevo, vegetação...) e artificiais (infraestruturas, edificações, equipamentos) que são apropriados, transformados ou produzidos pela sociedade e pelas as ações com as quais os homens fazem uso destes lhes conferindo funções, valores e sentidos. Para além de um resultado provisório do trabalho humano, pois em constante transformação, o espaço geográfico também é compreendido como condição de existência. Uma herança dos processos sociais passados que se constitui como o substrato das ações presentes e com o qual contamos para a construção do futuro. Como conceito e categoria analítica, o espaço geográfico é, desta forma, pertinente, tanto para a elaboração de uma teoria social crítica, quanto para a construção de proposições políticas focadas na resolução de problemas concernentes ao planejamento urbano e regional.

Seguindo os propósitos do Projeto Político-Pedagógico do IC/UNIFESP, o curso tem como foco a dinâmica contemporânea da urbanização da sociedade e do território, com ênfase nas metrópoles objetivando formar profissionais e produzir conhecimentos capazes de contribuir para a construção de proposições políticas para a promoção de transformações endereçadas a melhorar as condições da maioria da população. Nesta direção, o curso propõe formar profissionais que adquiram as competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação, segundo Parecer CNE/CES nº 492/2001 e que sejam capacitados para o exercício da profissão de geógrafo, de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo Decreto nº 85.138 de 15/9/1980 e pela Lei Federal nº 6.664 de 26/6/1979. A partir de uma sólida formação disciplinar, o geógrafo formado no IC/ UNIFESP poderá, principalmente, pensar de forma crítica a urbanização e a cidade contemporâneas e integrar equipes multiprofissionais voltadas à resolução de problemas teóricos e práticos relativos ao planejamento e ordenamento urbanos, observadas competências, habilidades e capacitações profissionais aludidas nos documentos acima elencados.

O curso de Geografia proposto neste Projeto Político-Pedagógico adota um modelo de organização acadêmica focado na convergência do conhecimento, compreendendo os problemas territoriais como sendo essencialmente interdisciplinares, demandantes da integração de diferentes conhecimentos. Destarte, o curso é comprometido

com a promoção de um processo de ensino-aprendizagem fundamentado no trabalho colaborativo e na formação de redes de investigação que levem a soluções criativas, socialmente referenciadas e comprometidas com os direitos da cidadania e voltados para a superação das desigualdades socioespaciais presentes em todo o território brasileiro. Valorizando a identidade da formação e profissionalização de diferentes campos epistemológicos, e respeitando a divisão social do trabalho intelectual, o curso pretende estimular o diálogo dos estudantes, dos pesquisadores e professores de geografia com outros olhares sobre o território, permitindo um constante debate capaz de contribuir tanto para o avanço do conhecimento, quanto para a proposição de planos e políticas.

Como tema principal, a cidade será abordada como uma totalidade constituída por uma materialidade (edificações, redes de energia, esgoto, água potável, transportes, telecomunicações e as bases naturais modificadas pela ação humana) e por um conjunto de relações políticas, econômicas e culturais que produz, utiliza e dá valor e sentido a esta materialidade. Daí ser imprescindível a interlocução da Geografia com as diferentes áreas do conhecimento e, particularmente, com os outros cursos abrigados no Instituto da Cidade.

Para atingir os objetivos propostos, o curso de Geografia está estruturado de forma a permitir ao estudante percorrer uma trajetória formativa que lhe propicie:

- a) desenvolver uma postura investigativa com base na curiosidade de compreender o mundo de forma crítica, mas também uma atitude focada na capacidade de propor novas utopias e novas formas de produzir e usar o espaço urbano que sejam voltadas para a melhoria das condições de existência humana;
- b) o domínio dos conceitos, categorias, métodos, metodologias e técnicas próprios da ciência geográfica que utilizará no enfrentamento dos problemas territoriais urbanos e nas interlocuções a serem estabelecidas em equipes multiprofissionais nas quais contribuirá com suas competências e habilidades específicas;
- c) a apropriação de metodologias de tratamento da informação e cartografia a serem utilizados, segundo uma perspectiva crítica, na análise e interpretação dos fenômenos, bem como na produção de diagnósticos, relatórios, pesquisas, planos, projetos e políticas.
- d) a compreensão e tratamento dos elementos naturais (clima, relevo, solo, vegetação, hidrografia) em sua relação com a sociedade, ou seja, em sua condição de recurso apropriado, valorizado e transformado segundo diferentes técnicas e interesses políticos, econômicos e sociais. Logo, tais elementos não serão tratados apenas segundo seus processos formativos e constitucionais, mas também segundo uma perspectiva relacional que os problematize com um substrato do meio urbano a ser considerado na elaboração de proposições políticas;
- e) o conhecimento sobre as principais teorias da Geografia numa perspectiva histórica, permitindo identificar a relação entre a situação geográfica de cada presente e a construção de sua explicação, observando a necessidade de atualização dos conceitos e teorias para a compreensão das situações do mundo contemporâneo;
- f) o tratamento atualizado de temas clássicos como urbanização, região, agricultura, indústria, população, economia política urbana, redes e fluxos, entre outros e novos temas, entre eles, globalização, informação, finanças, serviços, normas, turismo, degradação do meio urbano e riscos socioambientais.

- g) o enfrentamento de situações que permitam a operacionalização de conceitos, metodologias e técnicas, por meio de experiências formativas que contribuam para o aprimoramento teórico e técnico necessários para a elaboração de pesquisas, planos, projetos e proposição de políticas.
- h) a formação com ênfase na dinâmica contemporânea da urbanização e das metrópoles.

Em conformidade com o modelo de convergência do conhecimento e com o propósito de estabelecer práticas de enfrentamento de situações e problemas, o curso utilizará laboratórios organizados por temas que, compartilhados pelos demais cursos do IC/UNIFESP, permitirão as experiências de interlocução teórica e prática necessária para a formação de profissionais capacitados para trabalharem em equipes multiprofissionais focadas na resolução de problemas.

Além do uso dos laboratórios, também serão realizadas atividades de ensino, pesquisa e extensão nos Ateliês Temáticos de Projetos, Políticas Públicas e Resolução de Problemas Complexos comuns a todos os cursos. Nestes Ateliês, professores e estudantes poderão estabelecer práticas que atendam tanto a determinadas unidades curriculares do projeto político pedagógico do curso, quanto atividades de pesquisa, extensão e de trabalho de conclusão de curso.

Seguindo a vocação do IC, as atividades de extensão ocuparão ...% da matriz curricular do curso de Geografia. Seu objetivo é expor os estudantes a contextos reais, cujas situações complexas levem a constante indagação, questionamento e aprimoramento de seus conhecimentos teóricos e técnicos. Práticas que também contribuirão para favorecer o reconhecimento de problemas urbanos e a necessidade de superá-los com ações concretas, criativas e transformadoras. Vale observar que, em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico do IC, o curso de Geografia compreende esta atividade como uma ação de observação, problematização e proposição crítica, que não confundi a universidade como um provedor de serviços públicos. Entre os espaços fixos destinados às atividades de extensão destacam-se o Escritório Modelo, a Escola de Governo, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), o Observatório de Políticas Públicas e o Centro de Memória da Zona Leste.

Em síntese, a partir desta estruturação, o curso de Geografia do IC pretende formar profissionais críticos que, munidos de uma sólida formação teórica, sejam capazes de disponibilizar suas competências e habilidades atuando em constante interlocução com profissionais de outras formações. Seguindo uma prática colaborativa em equipes multidisciplinares, deverá produzir conhecimentos, elaborar planos e projetos políticos, agindo segundo uma visão cientificamente rigorosa e politicamente generosa, compreendendo a cidade como um campo de possibilidades para um futuro melhor para seus habitantes.

6. PERFIL DO EGRESSO

a. Do Instituto das Cidades

O Instituto formará profissionais voltados à garantia da cidade como nexos fundamentais dos direitos da cidadania, da defesa do interesse público e do bem comum, do atendimento às maiorias e do desenvolvimento de um país mais equitativo e democrático – resultado do conhecimento integrado das soluções de Geografia, Urbanismo, Arquitetura, Engenharia, Design, Administração Pública e Turismo. O profissional formado no Instituto das Cidades terá formação que alia teoria e prática, com valorização do trabalho criativo e em equipe, desenvolvimento de um pensamento sistêmico, possibilitando que ele aprenda a delinear bem os problemas e seus fundamentos, colocando-os de forma clara, organizada e racional, facilitando a busca e desenvolvimento de soluções sustentáveis do ponto de vista tecnológico, social, ambiental e econômico. Será capaz de pensar e transformar as cidades, sendo ao mesmo tempo ousado em suas ideias, atualizado a respeito do debate internacional e com habilidade para procurar as forças políticas e sociais capazes de promover as transformações necessárias para cidades melhores e mais justas.

b. Do Curso de Geografia

Por meio do domínio das bases teórico-conceituais e metodológicas da Geografia e de seus instrumentos técnicos, os formandos estarão habilitados a realizar a análise das diferentes dinâmicas e situações do espaço geográfico, particularmente do meio construído urbano. Em harmonia com a missão do Instituto das Cidades, este profissional estará apto a contribuir, no seio de equipes multiprofissionais, na realização de pesquisas, na elaboração de relatórios e pareceres técnicos e na formulação e proposição de ações e políticas próprias do planejamento e ordenamento urbano endereçados à promoção da melhoria das condições de existência nas cidades brasileiras, seja no âmbito das instituições públicas ou de organizações sociais.

Habilidades e Competências:

Definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Geografia:

Gerais:

Os cursos de Graduação devem proporcionar o desenvolvimento das seguintes habilidades gerais:

- a. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
- b. Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- c. Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- d. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica;
- e. Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográficos;

- f. Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia;
- g. Utilizar os recursos da informática;
- h. Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico;
- i. Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares.

Específicas:

- a. Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais;
- b. identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço;
- c. selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto;
- d. avaliar representações ou tratamentos; gráficos e matemático-estatísticos
- e. elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas.
- f. dominar os conteúdos básicos que são objeto de aprendizagem nos níveis fundamental e médio;
- g. organizar o conhecimento espacial adequando-o ao processo de ensino-aprendizagem em geografia nos diferentes níveis de ensino.

Ênfases dadas pelo Curso da Unifesp:

- conhecimento crítico-propositivo em relação aos problemas da sociedade e das cidades brasileiras, a enorme iniquidade e desigualdade sócioespacial, as situações de dependência, conflito e luta social, procurando em cada formulação de planejamento, projeto e tomada de decisão a respeito de processos, instrumentos e ambientes construídos.
- formação dirigida para o Planejamento Territorial ciente das relações de poder em conflito pela produção e uso do espaço urbano e da necessidade de elaborar políticas que enfrentem o atual caráter corporativo das cidades;
- preparação para o trabalho em equipe, colaborativo, reflexivo e criativo, na resolução de problemas complexos e interdisciplinares da urbanização e das políticas públicas;
- iniciação em pesquisa de alto nível sobre os problemas urbanos, gerando conhecimentos a partir das situações concretas do Brasil e da América Latina, mas segundo uma postura de interlocução não subserviente com a produção internacional;
- conhecimento de instrumentos e capacidades de interlocução com a sociedade, instituições e movimentos, na construção de projetos e planos com participação popular e diálogo com os trabalhadores;

c. Campo de atuação profissional

Conforme Art 3º do Decreto nº 85.138 de 15/9/1980 que regulamenta a Lei Federal nº 6.664 de 26/6/1979 é da competência do Geógrafo o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, das entidades autárquicas ou de economia mista e particulares:

I - reconhecimentos, levantamentos, estudos e pesquisas de caráter físico-geográfico, biogeográfico, antropogeográfico e geoeconômico e as realizadas nos campos gerais e especiais da Geografia, que se fizerem necessárias:

- a) na delimitação e caracterização de regiões e sub-regiões geográficas naturais e zonas geoeconômicas, para fins de planejamento e organização físico-espacial;
- b) no equacionamento e solução, em escala nacional, regional, ou local, de problemas atinentes aos recursos naturais do País;
- c) na interpretação das condições hidrológicas das bacias fluviais;
- d) no zoneamento geo-humano, com vistas aos planejamentos geral e regional;
- e) na pesquisa de mercado e intercâmbio comercial em escala regional e interregional;
- f) na caracterização ecológica e etológica da paisagem geográfica e problemas conexos;
- g) na política de povoamento, migração interna, imigração e colonização de regiões novas ou de revalorização de regiões de velho povoamento;
- h) no estudo físico-cultural dos setores geoeconômicos destinados ao planejamento da produção;
- i) na estruturação ou reestruturação dos sistemas de circulação;
- j) no estudo e planejamento das bases física e geoeconômica dos núcleos urbanos e rurais;
- l) no aproveitamento, desenvolvimento e preservação dos recursos naturais;
- m) no levantamento e mapeamento destinado à solução dos problemas regionais;
- n) na divisão administrativa da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios;

II - a organização de congressos, comissões, seminários, simpósios e outros tipos de reuniões, destinados ao estudo e à divulgação da Geografia.

Ainda, segundo Art, 4º do mesmo Decreto, “as atividades profissionais do Geógrafo, sejam as de investigação puramente científica, sejam as destinadas ao planejamento e implantação da política social, econômica e administrativa de órgãos públicos ou às iniciativas de natureza privada, se exercem através de:

- I - órgãos e serviços permanentes de pesquisas e estudos, integrantes de entidades científicas, culturais, econômicas ou administrativas;
- II - prestação de serviços ajustados para a realização de determinado estudo ou pesquisa, de interesse de instituições públicas ou particulares, inclusive perícia e arbitramentos;
- III - prestação de serviços de caráter permanente, sob a forma de consultoria ou assessoria, junto a organizações públicas ou privadas.

Campos de atuação priorizados pelo Curso da Unifesp:

O curso de Geografia irá apresentar aos estudantes diferentes campos de atuação profissional ao longo do processo formativo – nas definições de temas, problemas e estudos de caso, visitas de campo, estágios programados, atividades de extensão e diálogo com profissionais da área por meio de palestras, workshops e banca. Estimulará o contato e diálogo entre estes profissionais e estudantes e egressos do Instituto das Cidades para programas de estágio, colaborações pontuais ou para integrarem o quadro profissional permanente das instituições onde atuam. São eles:

- **Prefeituras**, em diversas secretarias, órgãos e subprefeituras, como responsáveis por questões voltadas ao planejamento territorial, à reforma urbana e à articulação com as demais políticas públicas do município; no desenvolvimento de Planos Diretores e Planos Locais de Habitação de Interesse Social; na ações em programas habitacionais, de regularização fundiária e requalificação urbana e integrando equipes de projeto de infraestruturas urbanas (sistemas de mobilidade urbana, sistemas de drenagem e infraestruturas verdes, canalização ou renaturação de córregos, contenções, planejamento de redes diversas etc); na coordenação de cadastros técnicos multifinalitários; nos consórcios intermunicipais de políticas urbanas integradas; nas políticas de turismo urbano e cultural etc.
- **Órgãos públicos estaduais e federais**, atuando na concepção de políticas e programas urbanos e habitacionais, de mobilidade urbana e meio ambiente, nas ações de patrimônio histórico e requalificação urbana, projetos de equipamentos públicos estaduais e federais, em ações de planejamento metropolitano e definições estratégias de desenvolvimento no território.
- **Centros de pesquisa e formulação de políticas urbanas**, ligados a universidade ou entidades civis sem fins lucrativos, que colaboram na reflexão crítica, concepção e avaliação das políticas urbanas e habitacionais e sua implementação;
- **Assessorias técnicas à população, comunidades e movimentos sociais**, atuando como profissional autônomo, em ONGs e cooperativas, ou ainda associado a políticas públicas (como o arquiteto-urbanista da comunidade) para realizar projetos participativos e obras com autogestão, em assentamentos urbanos e rurais, na melhoria integral do habitat, dentro de programas públicos que favoreçam a economia solidária e suas tecnologias sociais;

7. PERFIL DOCENTE

a. Do Instituto das Cidades

- Os docentes do Instituto estarão a ele vinculados, mas deverão estar igualmente associados a pelo menos um dos colegiados de curso. A carga didática de trabalho na graduação será atribuída pela Câmara de Graduação. Os docentes devem participar da elaboração, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, zelando por seu desenvolvimento integral. Em acordo com os objetivos do IC, espera-se que os docentes:
- Sejam graduados e pós-graduados não apenas nos oito cursos que serão oferecidos pelo Instituto das Cidades, mas também sejam atraídos e concursados docentes com formações complementares fundamentais ao projeto político pedagógico do IC, tais como: historiadores, cientistas sociais, filósofos, economistas, advogados, jornalistas, pedagogos, artistas, demógrafos, assistentes sociais, sanitaristas, geólogos, biólogos, físicos, químicos, matemáticos, engenheiros de outras formações (elétrica, mecânica, energia, materiais, produção, computação, etc.), além de técnicos nas diversas áreas relacionadas aos laboratórios e oficinas do IC.
- Desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação teórica, prática e interdisciplinar de profissionais e pesquisadores, capazes de refletir, produzir novos conhecimentos e tecnologias, planejar, construir e melhorar as cidades, atuando criticamente sobre contextos complexos;
- Trabalhem na perspectiva da interação entre humanidades, ciências exatas, ciências da natureza, artes e novas tecnologias, por meio da convergência de conhecimentos das diferentes áreas e de forma contextualizada;
- Desenvolvam projetos de interação do IC com outras unidades universitárias da Unifesp, promovendo diversos tipos de atividades acadêmicas multicampi;
- Mobilizem métodos de ensino atualizados e inovadores, estimulando simultaneamente o conhecimento teórico, empírico e experimental, combinando o uso de tecnologias digitais em atividades de laboratório, ateliê, oficina, residência e extensão;
- Participem de acordos de cooperação com instituições públicas formuladoras e gestoras de políticas urbanas e territoriais e de políticas educacionais, além de organizações não governamentais, redes e movimentos populares da região;
- Estabeleçam relações com o entorno do Campus Zona Leste por meio da pesquisa, da reflexão e da ação, articulando a investigação acadêmica com políticas públicas diversas, tendo em vista o desenvolvimento da região;
- Participem de redes nacionais e internacionais de pesquisa e colaboração na área do IC;
- Contribuam com o desenvolvimento do IC e da Unifesp, exercendo atividades de gestão e representação em órgãos colegiados, tais como direção, coordenação, comissões, câmaras e conselhos.

b. Do Curso de Geografia

Complementarmente ao perfil indicado para todo o Instituto das Cidades, solicita-se aos docentes de geografia que:

- Tenham visão abrangente sobre os problemas das cidades, a partir de uma perspectiva comprometida com os interesses públicos;
- Desenvolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão que promovam a formação crítica-criativa e de reflexão na ação;
- Reconheçam os limites e potencialidades dos seus estudantes, estimulando a construção progressiva da autonomia e o protagonismo na definição do processo formativo;
- Tenham flexibilidade para atuação, como docente e pesquisador, não apenas em disciplinas ou campos específicos e delimitados do conhecimento, mas em sinergia com os objetivos e demandas do curso e do Instituto das Cidades;
- Sejam engajados na divulgação, aperfeiçoamento, captação de recursos e fortalecimento dos projetos e espaços pedagógicos do curso de Geografia da Unifesp em diálogo com todas as instâncias de participação internas e externas à universidade, com outras universidades, nos órgãos de pesquisa e agências de fomento e cooperação, nacionais e internacionais;
- Todos os docentes do curso de Geografia estarão em Regime de Dedicção Exclusiva e deverão dedicar-se a ensino, pesquisa e extensão;
- Devem apresentar projeto de ensino, pesquisa e extensão logo após seu ingresso, para a área em que foram concursados. O projeto será acompanhado e avaliado durante o período probatório pelo Núcleo Docentes Estruturante (NDE) do curso.

c. Professores, Pesquisadores e Profissionais visitantes

- Serão estimuladas atividades em cooperação e colaboração com colaboradores externos convidados: pós-doutorandos, professores, pesquisadores e profissionais visitantes;
- Trarão aportes relevantes em questões, métodos, soluções que estão sendo adotadas (ou questionadas) no campo profissional não acadêmico, órgãos públicos, ONGs, assessorias técnicas ou noutras universidades, brasileiras e estrangeiras;
- Poderão realizar atividades pontuais (palestras, workshops, debates, bancas etc.) a convite de professor permanente do curso;
- Participação sempre que possível dos colaboradores visitantes nas atividades curriculares regulares do curso;
- Ou ainda atividades de maior duração (cursos, mini-cursos, pesquisa, residência, pós-doutorado etc.), mediante termos de cooperação técnicos específicos ao curso, ao Instituto das Cidades e bolsa específica.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

a. Narrativa e síntese progressiva

O curso contém em si uma linha mestra e várias narrativas complementares, reconhecidas e trilhadas pelos estudantes. A construção de um enredo do aprendizado, a partir de uma narrativa que parte da experiência vivida (mais imediata), faz genealogia e contextualização dos problemas (tempo, lugar e teoria) e estudos de futuro/resolução por meio de ação projetual imaginativa (como práxis). O objetivo é evitar o currículo fragmentado, labiríntico, em que o estudante cumpre tarefas (quando muito), e não constrói autoconsciência e autonomia em **seu processo formativo**.

A narrativa de cada estudante sobre o processo de aprendizado é condensada progressivamente em um documento denominado no Instituto das Cidades de “Memorial” (ver item 9). Este memorial é analisado por tutores e em discussões coletivas ao longo de todo o curso e apresentado, em sua forma final, sintética, junto com o Trabalho de Conclusão de Curso (item 10).

A narrativa é multidimensional, do curso, do estudante e também dos próprios **Núcleos Temáticos** (ver item 8.b.). Cada tema relevante de ensino-aprendizagem tem um movimento, que constitui uma narrativa. Parte do real (situação), seu reconhecimento (problematização) em direção ao projeto (resolução ou aprofundamento do conflito). A reflexão-ação processual é uma metanarrativa, consciente do seu trajeto, meios e fins.

O percurso formativo, do primeiro ao último semestre, propõe igualmente uma **Autonomia e Síntese Progressivas**. Pressupõe que a consolidação dos conhecimentos abordados nos processos de ensino-aprendizagem vivenciados ao longo do curso se dê através de sínteses progressivas realizadas pelo estudante em seu percurso formativo, e integração/interlocução continuada com os demais cursos.

A Síntese progressiva e a construção da autonomia e discernimento ocorre ao longo de uma Unidade Curricular e Bloco Temático, por meio de:

- Cadernos de Vivências de Campo (ver, ouvir e registrar)
- Trânsito por escalas (local, regional e global)
- Trânsito por temporalidades (regressão-progressão no tempo histórico)
- Diálogos entre saberes (intercursos e com saberes “não acadêmicos”)
- Trabalhos e atividades individuais e coletivas (identidade e cooperação)
- Exercícios de resposta rápida em aula (método e intuição fundamentada)
- Estudos e projetos lentos, de acúmulo em reflexão-ação sistemática (profundidade)

Ao longo do curso, o movimento de síntese ocorre com os seguintes vetores:

- Vetor de complexidade dos temas/problemas
- Vetor de técnicas de representação (saber narrar/comunicar/conquistar)
- Vetor de autonomia e escolhas dos estudantes

b. Núcleos Temáticos

Os núcleos temáticos permitem a articulação entre blocos de unidades curriculares e as múltiplas formas de apreensão de conhecimento no curso em torno de temas-geradores temporais (semestrais ou bimestrais) e problemas de pesquisa e projeto, visando dar melhor organicidade e integração dos conteúdos correlatos e expressando as vertentes principais do Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades e do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

A escolha do tema, de forte potencial pedagógico e relevância são estratégicos para a definição do perfil do curso. Uma escolha nega outra, afirma uma tomada de posição político-pedagógica. Os Núcleos Temáticos têm ementa própria, que organiza as UCs envolvidas e organizam as atividades do semestre (ou bimestre), resultando em processos pedagógicos integrados entre teoria e prática e avaliação conjunta dos processos de ensino-aprendizado.

O Núcleo Temático dá unidade ao semestre sem ser uma camisa de força e tem várias camadas de proximidade/interlocução:

- Unidades Curriculares **irradiadoras** do(s) tema(s) (nucleiam o semestre ou outro módulo temporal (bimestre, ano))
- UCs **associadas** (dialogam diretamente com o(s) tema(s) e podem introduzir outras questões que são próprias à sua ementa)
- UCs **complementares** (dão fundamentos e instrumentais úteis ao núcleo temático, apresentando um corpo próprio de percurso formativo)
- UCs **independentes** (apresentam outras questões e percursos – em geral são eletivas)

O Núcleo Temático permite minimizar a fragmentação curricular favorece a interdisciplinariedade, a articulação contínua entre teoria e prática, a convergência interna ao curso e o diálogo com outros cursos:

- Temas podem ser compartilhados por dois ou mais cursos, em semestres diferentes, integrando formações distintas e estudantes em momentos diferentes de seus cursos, favorecendo trocas entre eles;
- Professores que estão integrados ao tema podem receber os estudantes em laboratórios, ateliês e oficinas com mais flexibilidade (exemplo: o início se dá com mais ensaios em laboratórios, passa por atividades de projeto em ateliê e termina com modelos e protótipos em oficina e canteiro);
- Professores integrados ao tema, com formações diferentes e origem de cursos distintos, favorecem um aprendizado integrado em que o estudante aprende visões diferentes de problematizar e projetar.

A progressão dos Núcleos Temáticos constituindo uma narrativa de processo formativo é apresentada no tópico Matriz Curricular (item 8.f).

c. Espaços pedagógicos integrados de ensino (ELO)

Serão três os espaços principais de ensino, todos eles abertos a momentos de trabalho de campo e reconhecimento da realidade complexa exterior ao ambiente universitário. Serão eles: os **escritórios**, focados em contextos e problemas reais; os **laboratórios** de ensino de fundamentos, ciência aplicada e teoria e as **oficinas** de experimentação prática. Além desse núcleo estruturante de Escritórios, Laboratórios e Oficinas (ELO), o Instituto contará ainda com salas de aula e auditórios para palestras, seminários, debates, disciplinas eletivas, além de espaços destinados a exposições e discussão dos trabalhos realizados semestralmente e anualmente.

Escritórios pedagógicos

Os **Escritórios Temáticos de Projetos, Políticas Públicas e Resolução de Problemas**, comuns a todos os cursos, permitirão o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão convergentes, atuando sobre um mesmo recorte territorial/temático para o enfrentamento de problemas complexos de aprendizado, que compõem desafios para as políticas públicas, reais e contextualizados. Neste sentido, o momento de escritório e aulas conexas possibilitará exercícios voltados à resolução de problemas com base na unidade da teoria e prática. Desse modo, não haverá separação de espaços pedagógicos distintos, mas espaços comuns a todos com recortes temáticos, que acumularão saberes e práticas de ensino e poderão ser mobilizados por todos os cursos em todos os momentos, conforme o projeto pedagógico integrado. Os escritórios manterão acervos próprios, com pequenas reservas técnicas e áreas de exposições – tornando-se espaços de produção e reflexão cumulativas sobre o seu tema gerador. Cada escritório possui núcleos de pesquisa e extensão associados ao seu tema. Tais núcleos comportam 12 postos de trabalho (o que permitiria cerca de 20 estudantes, em turnos, com bolsas de iniciação científica ou extensão e futuramente, pós-graduação), estimulando, pela organização espacial, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e fortalecendo os temas geradores de conhecimento no Instituto.

Serão 14 escritórios baseados em temas amplos, que podem abrigar, a cada semestre, problemas mais específicos, eleitos como objeto de trabalho por professores e estudantes, podendo contar inclusive com a presença de professores convidados de outras unidades da Unifesp afins ao tema. O mesmo escritório em “Cidade e Saúde”, por exemplo, pode escolher tratar problemas diferenciados a cada semestre, constituindo um repertório de soluções em: projetos de edifícios hospitalares e unidades básicas de saúde; mobiliário, equipamentos e comunicação visual nessas edificações; gestão ambiental de resíduos de saúde; ações em saneamento básico integradas com políticas de saúde; desenho universal e inclusivo; mobilidade urbana e saúde coletiva; políticas públicas para cidades saudáveis; poluição ambiental urbana; envelhecimento e qualidade de vida nas cidades; salubridade em habitações e edifícios; mapeamentos territoriais em saúde, etc..

Os 14 temas amplos dos escritórios são:

- Cidade e Saúde
- Cidade e Educação
- Cidade e Cultura
- Cidade, Economia Plural e Trabalho
- Redes, Fluxos e Mobilidade Urbana
- Habitação, Vizinhança e Vida nos Bairros
- Espaços Públicos
- Cidade e as Águas
- Cidade Verde e Paisagem
- Cidade e Patrimônio Histórico
- Cidade, Metrópole e Região
- Áreas de Risco e Catástrofes Urbanas
- Rural e Territórios Híbridos
- Outras Cidades são Possíveis

Laboratórios em Ciência, Teoria e Linguagens

Associados aos escritórios, estarão os **Laboratórios de Ensino**. Cada laboratório trabalhará com fundamentos das ciências, das teorias e linguagens que apoiam a resolução de problemas em projetos e oficinas práticas. Os Laboratórios permitirão exercícios aplicados e visuais, para a compreensão dos fenômenos, evitando o aprendizado abstrato e descontextualizado. Hoje há, mundialmente, uma forte renovação no ensino de ciências e teoria aplicada para carreiras orientadas para projeto e resolução de problemas, como as do Instituto das Cidades. A forma convencional de ensino de ciência e teoria, por exemplo, num contexto de “ciclo básico” que se antecipa à compreensão e resolução de problemas, tem sido amplamente questionada. Ela resulta comumente na dissociação entre teoria e prática, e da utilidade e aplicabilidade dos conceitos. Além disso, em geral são aulas ministradas por especialistas de áreas duras, pouco familiarizados com a prática projetual e sem recurso à percepção experimental e sensível dos fenômenos – resultando em desestímulo, repetência e evasão. Por isso, os laboratórios de ensino têm como missão estimular o prazer e a dimensão lúdica no aprendizado das ciências, das teorias e linguagens, com abordagens mais interativas, com dispositivos e ferramentas do tipo “mão na massa”. Ao mesmo tempo, contextualizando o saber aplicado, entendendo-o como não neutro, discutindo a relação entre meios e fins, agentes e interesses e, por fim, como pode ser socialmente transformador.

Desse modo, reativar os sentidos (como sensorialidade, mas também como intencionalidade) e favorecer o envolvimento dos estudantes na abordagem e compreensão dos fenômenos, conceitos e problemas é um desafio pedagógico para esses laboratórios.

Eles estarão divididos em duas modalidades: 1) Laboratórios em Fenômenos Naturais e Ciências Aplicadas; 2) Laboratórios em História, Teoria, Linguagens e Representações. Podem ser mobilizados por uma

Unidade Curricular específica, ou servir de apoio a outras UCs que tenham centralidade em escritório, oficina ou sala de aula. Ou ainda, uma mesma UC pode utilizar diversos laboratórios, como é o caso de Conforto Ambiental em Edificações (que utilizaria, conforme sua ênfase, laboratórios de Som, Ar, Luz, Energia, Corpo e Saúde, por exemplo).

Todos os laboratórios, que entenderão todas as graduações, contarão com áreas técnicas específicas, depósitos de materiais, plano de gestão ambiental e de resíduos, bem como com corpo de técnicos e professores com atuação e pesquisa na área. Seus espaços físicos serão adequados aos projetos pedagógicos específicos, e poderão abrigar de 30 a 120 estudantes simultaneamente, de acordo com a demanda do IC por aquele saber. Tal como os escritórios, participam dos espaços dos laboratórios núcleos de pesquisa e extensão, fortalecendo a indissociabilidade e fixando estudantes bolsistas relacionados ao tema. Estes núcleos são embriões de grupos e centros de pesquisa maiores, que serão desenvolvidos em novos edifícios no Campus.

Os 14 Laboratórios de Fenômenos Naturais e Ciência Aplicadas são:

- Laboratório de MOVIMENTO. Força, Aceleração, Velocidade, Dinâmica, Cinemática;
- Laboratório da ENERGIA. Fontes de Energia, Eficiência e Termodinâmica;
- Laboratório da LUZ. Elétrica, Eletrônica, Lumínica e Luz Natural;
- Laboratório do SOM. Acústica e Análise de Emissão Sonora;
- Laboratório do SOLO. Geologia, Geomorfologia, Geotecnia, Mecânica dos Solos e Análise de Solos;
- Laboratório da ÁGUA. Hidráulica, Hidrologia, Hidrografia e Mecânica dos Fluídos e Análise de Qualidade da Água;
- Laboratório do AR. Climatologia e Análise de Qualidade do Ar e Emissão de Gases;
- Laboratório VERDE. Biologia, Ecossistemas, Meio Ambiente;
- Laboratório do LIXO. Análise de Resíduos, Toxidade, Decomposição, Reciclagem e Reuso;
- Laboratório de MATEMÁTICA. Cálculo, Álgebra e Estatística;
- Laboratório de GEOMETRIA: Geometria Analítica, Descritiva e Representações Regradadas;
- Laboratório de MATERIAIS. Análise Química e Física dos Materiais, Ciclo de Vida, Testes e Normas;
- Laboratório de ESTRUTURAS. Testes de Tração, Compressão, Torsão, Flexão, Cisalhamento, com exercícios práticos em modelos;
- Laboratório CORPO E SAÚDE. Ergonomia, Antropometria, Comportamento dos Usuários, Saúde Pública, Doenças Urbanas.

Os 14 laboratórios de História, Teoria, Linguagens e Representações são:

- Laboratório de LÍNGUAS. Ensino de Português, Inglês e Espanhol;
- Laboratório da PALAVRA. Textualidade, Literatura, Poesia, Dramaturgia, Música e a Cidade;
- Laboratório da IMAGEM. Teoria da Forma, Cinema, Fotografia, Artes Plásticas e a Cidade;
- Laboratório de DESENHO. Desenho de observação, desenho livre, desenho técnico;
- Laboratório de COMUNICAÇÃO. Design de Informação, Mídia e Opinião Pública;

- Laboratório de LINGUAGENS DIGITAIS. Projeto Digital, Simulações, Cyberspace, Games;
- Laboratório de HISTÓRIA. História das Cidades e Urbanismo da antiguidade ao presente;
- Laboratório de POLÍTICA. Estado, Democracia, Direitos da Cidadania e Lutas Sociais na Produção e Gestão das Cidades;
- Laboratório de ECONOMIA URBANA. Economia Política das Cidades, Circuito Imobiliário, seus Agentes, Mercados, Rendas e Regulações;
- Laboratório de DIREITO URBANÍSTICO. Modalidades de Posse e Propriedade do Solo e sua regulação, Registro Cartorial e Democratização do Acesso à Terra;
- Laboratório de ORÇAMENTO PÚBLICO. Orçamento Público e Financiamento das Cidades;
- Laboratório de REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM. Cartografia, Geoprocessamento (GIS), Topografia e Geodésia;
- Laboratório de ETNOGRAFIA. Antropologia Urbana e Pesquisa Participante;
- Laboratório de DEMOGRAFIA. Dinâmicas Popacionais e Socioeconômicas no Território.

Grandes oficinas no interior da antiga fábrica

Laboratórios experimentais maiores, chamados de **Grandes Oficinas**, serão instalados no prédio da antiga fábrica, retomando sua vocação de espaço de produção. Serão oficinas de protótipos e modelos, oficinas por materiais e ofícios, canteiro experimental, gráfica, centro de reciclagem de resíduos, centrais de monitoramento de ar, água e solo, todos compartilhados por dois ou mais cursos e permitindo trabalhos conjuntos em outras dimensões prático-teóricas. As **oficinas de materiais** e ofícios terão ênfase didática no conhecimento de suas características físicas, químicas, históricas, normativas, além de saberes do trabalho, comportamento estrutural, ciclo de vida, etc.. Os estudantes aprenderão a manuseá-los conhecendo todas as suas implicações práticas, sociais, econômicas e ambientais. As peças pré-fabricadas nessas oficinas poderão depois ser montadas e retrabalhadas no Canteiro Experimental e no Setor de Protótipos e Maquetes. As Oficinas também poderão ser utilizadas em projetos de extensão universitária com a comunidade, incubadora de cooperativas e em parceria com sindicatos e escolas técnicas da construção civil.

As oficinas de materiais trabalharão com diferentes ferramentas e máquinas, de ofícios e instrumentos milenares a máquinas de controle numérico e corte a laser. Os materiais são: madeira, metais, concreto/argamassa, polímeros (plásticos), resinas, tintas, têxteis, papelões, gesso, cerâmica, terra crua, bambu e fibras naturais. Nessas oficinas são testadas hipóteses construtivas em diversas escalas e também a possibilidade de desmontagem de objetos para sua análise. As oficinas contarão com técnicos e professores com experiência na área para desenvolvimento das atividades pedagógicas, manuseio de máquinas e materiais, apoiando o trabalho dos alunos num contexto de aprendizado, cooperação e segurança no trabalho.

As oficinas de materiais e ofícios possuirão acervo técnico e área de exposição de cada uma de suas práticas, constituindo, em um percurso linear ao estudante e ao visitante, um pequeno **Acervo de Artes e Ofícios e de Ciência dos Materiais e das Técnicas**, do passado ao presente e futuro. O sentido histórico dos fazeres e saberes associados aos materiais que fazem as cidades são elementos importantes do projeto pedagógico crítico e contextualizado do Instituto das Cidades e de sua ligação com o mundo do trabalho.

A **Oficina de Modelos e Protótipos** poderá utilizar-se de peças realizadas nas oficinas de materiais e contará com um sistema de prototipagem por impressão 3D. Por meio dele é possível transformar a programação digital de projetos realizados por diferentes *softwares* em objetos físicos tridimensionais de pequeno porte (protótipos de objetos ou modelos em escala) com alta qualidade, impressos por meio de camadas sucessivas de materiais aditivos.

Dentre o complexo de oficinas cabe destaque ao **Canteiro Experimental** – lócus da realização prática de projetos dos estudantes, promovendo a transição entre concepção e execução, trabalho intelectual e manual, resignificando ambos em suas transferências de conhecimento. O Canteiro Experimental será o local de montagem de peças e componentes realizados nas oficinas de materiais. Ali serão testadas, em escala real (1:1), interfaces de materiais, tridimensionalidade e resistência de estruturas e vedações, bem como realizadas instalações hidráulicas e elétricas, etc.. O resultado será um objeto construído pronto para uso, a ser testado por estudantes, técnicos e professores e, sempre que possível, destinado à situação concreta que o demandou. O espaço contará com uma ponte rolante para movimentação de peças, que atravessará o setor de oficinas, passará pelo de montagem em canteiro e terminará em uma área de carga e descarga acessível para caminhões. Construções, componentes e objetos pré-fabricados poderão ser embarcados para montagem dentro ou fora do campus, em atividades de extensão e parcerias com órgãos públicos, comunidades e movimentos sociais.

O setor das grandes oficinas contará também com uma **Central Ambiental**. Dela farão parte: um centro de reciclagem de lixo, uma estação de tratamento de efluentes e de compostagem, dispositivos de coleta e reuso de água, dispositivos de captação de energia solar e eólica, uma estação de monitoramento do ar e outra de monitoramento da contaminação do solo. Além dos propósitos didáticos, o objetivo é reduzir a pegada ecológica do campus, uma vez que ele será um modelo de teste de alternativas para reconversão de áreas industriais, projeto e operação de ambientes educacionais e cidades, sendo permanentemente monitorado. O centro de reciclagem de lixo receberá os resíduos sólidos produzidos no campus, procurando formas de desmontagem, reciclagem, reuso ou destinação controlada do lixo. Ele testará novas possibilidades no tratamento de resíduos e envolverá trabalho dos estudantes de todos os cursos e da incubadora de cooperativas.

Por fim, a antiga fábrica ainda abrigará uma pequena **Oficina Gráfica**, para exercício dos alunos de Design e demais estudantes que se interessem por comunicação visual, produção editorial e experimentação gráfica. Além das máquinas de impressão, a oficina gráfica contará com espaço para produção de silkscreen e estêncil. A gráfica deverá produzir as publicações experimentais do campus e, anualmente, uma edição, coordenada por estudantes de Design, com o resultado da Exposição e Fórum anuais de apresentação e debate dos trabalhos e projetos, conforme já mencionado.

Todas as oficinas, canteiro experimental, centrais ambientais e gráfica terão núcleos de pesquisa e extensão associados, tal como ocorre com os escritórios e laboratórios.

d. Matriz Curricular

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Geografia (Parecer CNE/CES 492/2001) em seu item 4 orientam que os conteúdos básicos e complementares da Geografia se organizam em torno de:

- núcleo específico – conteúdos referentes ao conhecimento geográfico;
- núcleo complementar – conteúdos considerados necessários à aquisição de conhecimento geográfico e que podem ser oriundos de outras áreas de conhecimento, mas não excluem os de natureza específica da Geografia;
- núcleo de opções livres – composto de conteúdos a serem escolhidos pelo próprio aluno.

No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

A matriz curricular apresentada a seguir procura concretizar os princípios curriculares organizativos apresentados anteriormente: Narrativa e Síntese progressiva; Núcleos Temáticos; Sistema Escritórios-Laboratório-Oficina (ALO). Deverá ser continuamente revista e aprimorada nos momentos e processos de avaliação da revisão curricular, apresentados no item 14.b.

Na matriz as Unidades Curriculares são apresentadas por cor de proximidade com o Núcleo Temático estruturante do semestre, em acordo com a legenda abaixo. Em cada UC também são indicadas as possibilidades de integração interdisciplinar com outros cursos e se compõe o Núcleo de Conhecimento de Fundamentação (NCF) ou Núcleo de Conhecimentos Profissionais (NCP), em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

As Unidades Curriculares, sempre que possível, atuarão de forma integrada, evitando a fragmentação entre teoria e prática, projeto e produção, problematização e solução – como já enfatizado ao longo do Projeto Político Pedagógico do Curso. O percurso semestral, como se verá, propõe uma narrativa progressiva, que amplia em complexidade e autonomia do estudante ao longo do tempo. Os momentos de encontro com os demais cursos, mesmo iniciados no primeiro semestre, irão se ampliar ao longo do processo formativo, em especial do ...o ao ...o semestre – período de forte convergência interdisciplinar. De modo que o estudante de geografia, ao atuar cooperativamente com estudantes de outras formações, já terá tido contato e mobilizado conhecimentos profissionais do seu campo e estará preparado para contribuir na problematização e resolução de problemas complexos, dando a contribuição do olhar e prática do geógrafo.

Todos os semestres e seus núcleos temáticos preveem na última quinzena montagem de exposição e realização de debates. A carga horária total das unidades curriculares, indicada nas planilhas a seguir, poderá ser variável ao longo do semestre, em acordo com o planejamento integrados das UCs de cada núcleo temático.

Essa flexibilidade é favorável na integração entre as próprias UCs e seus professores. O objetivo é evitar que mesmo com o núcleo temático as UCs e professores acomodem-se em seu espaço de conforto, estanque, não dialógico, voltando a fragmentar o currículo.

É também garantido em todo semestre um espaço para UCs eletivas do Instituto das Cidades ou de outras unidades da Unifesp. De modo que o estudante construa igualmente nesse espaço seu percurso, aprofunde e amplie áreas de conhecimento e interlocução.

[Ainda não está formulada a lista de UCs eletivas dos conjunto das graduações do IC.]

[Proposta preliminar da matriz apresentada a seguir]

Obs: A matriz está sendo discutida também nas reuniões dos coordenadores dos Projetos Pedagógicos dos 5 cursos aprovados para primeira etapa do Instituto das Cidades, procurando avaliar convergências e divergências entre eles, o que é comum e específico e, a seguir, pretende-se simular as situações de ensino-aprendizado integradas.

De modo que as planilhas de matriz apresentadas a seguir são um rascunho, em construção e movimento, por isso mesmo, ainda incompleto. A matriz só poderá de fato ser finalizada não apenas com os requisitos específicos do curso de geografia, mas também dos demais cursos do Instituto das Cidades que resultarão numa construção de amoldamento recíproco entre todas as 5 matrizes, que só se fecham simultaneamente, como num sistema de encaixes.

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA	CH	%
Unidades Curriculares – obrigatórias e eletivas	2742	75
Estágio Supervisionado	108	3
Atividades Complementares	200	5
TCC e Memorial formativo	432	12
Monitoria	72	2
Trabalho de Campo	100	3
Subtotal	3.654	100

LEGENDAS

Proximidade com o Núcleo Temático

	Unidades Curriculares irradiadoras do(s) tema(s) (nucleiam o semestre ou outro módulo temporal (bimestre, ano))
	UCs associadas (dialogam diretamente com o(s) tema(s) e podem introduzir outras questões que são próprias à sua ementa)
	UCs complementares (dão fundamentos e instrumentais úteis ao núcleo temático, tem um corpo próprio de percurso formativo)
	UCs independentes (apresentam outras questões e percursos – em geral são eletivas ou atividades complementares)

NCF Núcleo de Conhecimento de Fundamentação

NCP Núcleo de Conhecimentos Profissionais

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

Sigla dos cursos para indicação de atividades integradas

AP	Administração Pública
AU	Arquitetura e Urbanismo
EAS	Engenharia Ambiental e Sanitária
EC	Engenharia Civil
GB	Geografia - Bacharelado
GL	Geografia - Licenciatura
G	Geografia – UCs ou atividades comuns ao Bacharelado e à Licenciatura

Matriz Curricular para o Curso Diurno (Matutino) – 8 semestres

Ainda não iniciada a matriz para o curso noturno que será de 10 semestres

1º Semestre. CIDADES VIVIDAS, CIDADES IMAGINDAS: Os sujeitos que constroem a Cidade. A identificação e análise da Geografia da Cidade.				
Objetivos: Partir da situação-problema da experiência vivida de cada estudante, iniciar o reconhecimento das cidades e sua desnaturalização. Observação da cidade. Reconhecimento de dinâmicas que promovem e construção da cidade (proprietários fundiários, agentes imobiliários, movimentos sociais urbanos, Estado). Compreender a Geografia como resultado da relação Sociedade/Natureza. Identificar elementos de Economia Política da Cidade. Sistematização dos objetivos e processos observados.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCF	G	Reconhecimento da Geografia da Cidade (Sugestão: Laboratório de Geografia Urbana)	Cidade como forma, função, processo e estrutura A cidade e a divisão social e territorial do trabalho. Crescimento urbano, fluxos migratórios, segregação socioespacial. Realização de atividade de campo: observação da cidade, análise, sistematização, produção de relato e registros visuais de diferentes lugares da cidade de São Paulo e/ou região metropolitana.	108
NCF	G	Cartografias e representações do mundo (Laboratório de Representação da Paisagem)	- As sociedades ocidentais clássicas, a corografia, a geografia e a cartografia - A expansão mercantil e o industrialismo: espacialidade e representação - Os significados dos mapas-múndi contemporâneos O recorte histórico, que visa a identificação processual dos debates e proposições teóricas a respeito da linguagem cartográfica faz o contraponto com as práticas que estarão sendo vivenciadas	72
NCF	G	Análise Geográfica (Sugestão: Laboratório de Geografia Urbana)	Observação de campo (trabalho de campo). Exercício de observação e sistematização de processos fazendo uso de categorias estruturais do discurso tais como: espaço, paisagem, lugar, território, fronteira, sítio, situação entre outros. Relatos e ensaios fotográficos e conceituais.	72
NCP	GB	Práticas e Diálogos geográficos	Os geógrafos e a cidade: diálogo com profissionais atuantes em órgãos públicos, secretarias, prefeituras, movimentos sociais, organizações não estatais. Interlocução com as Práticas Geográficas Pedagógicas Programadas da Licenciatura	36
NCF		A cidade: passado e presente	A cidade nos diferentes contextos espaço-temporais. A cidade capitalista como espaço da produção, do consumo e do poder. As identidades, estruturas e funções das cidades contemporâneas. A cidade como espaço de coexistência e exercício da política.	36
NCF	G	Memorial de percurso formativo I	Relato e síntese da experiência semestral, conforme item 9 deste documento	
	Todos os cursos	Cidades em debate	Convidados de diferentes áreas abordam temas contemporâneos sobre a cidade	
		Sexta cultural	Shows, saraus, peças, filmes. Sociabilização entre os cursos	
			Total da carga horária semestral	324

2º Semestre. O tempo do rural e o tempo do urbano: ritmos e durações. Caracterização do rural e do urbano: a relação campo – cidade. O significado das cidades dentro das formação econômica social.				
Objetivos: Identificação da distinção entre rural e urbano. Reconhecimento de que a construção da cidade não é dá por ela mesma. Reconhecimento da cidade como adensamento de relação Sociedade/Natureza. O reconhecimento, discussão e equacionamentos de ordenamentos que desvelem a construção da geografia da cidade e do campo.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCF	G+ AU	A caracterização do Rural e do Urbano: a relação cidade/campo (Laboratório Rural e territórios Híbridos)	Fundamentos teóricos metodológicos que permitam a identificação e sistematização da relação entre o urbano (especificidade, estruturação interna, Estado, mercado e movimentos sociais) e o agrário (as atividades agropecuárias, renda da terra, industrialização da agricultura, conflitos sociais no campo) A cidade e a formação econômica e social. As aldeias, os assentamentos, as produções de autoconsumo, as comunidades tradicionais e alternativas e suas aproximações com a cidade.	108
NCF	G+ EAS	Dinâmica do Relevo e rede de drenagem para estudos de Geografia (Laboratórios de Ar, Solo e Água)	Introdução aos estudos das dinâmicas do relevo e da rede de drenagem e de suas determinações topológicas. Observação, identificação e sistematização da geomorfologia e hidrografia urbana.	108
NCF	G	Elementos básicos da cartografia para Geografia (Laboratórios de Representação da Paisagem)	Os elementos estruturais da representação espacial: seus sistemas de referência e localização (coordenadas), projeções cartográficas, escalas e simbolizações. Leituras cartográficas: análise de diferentes tipos de mapas (sistemáticos e temáticos), e suas diferenças metodológicas de concepção e produção	72
NCP	G	Práticas e Diálogos Geográficos	Observação de campo, análise, síntese e relato: produção agrícola e abastecimento da cidade.	72
NCP	G	Memorial de percurso formativo II	Relato e síntese da experiência semestral	
			Total da carga horária semestral	360

3° Semestre. EXPANSÃO DO CAPITAL, DIVISÃO DO TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA				
Objetivos: Abordar os processos que levaram a formação do mundo contemporâneo como um sistema internacional hierárquico e desigual, levado a cabo pelo papel dos Estados e das empresas na articulação de uma divisão internacional do trabalho geradora de concentração de riqueza e poder de um lado e de vulnerabilidades, riscos e pobreza de outro. Abordar a exploração capitalista dos recursos naturais e suas implicações.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCF	G	Organização regionalização do Espaço Mundial	O conceito de modo de produção. A expansão do capitalismo. A divisão internacional do trabalho. Regionalização e Blocos Econômicos. Identificação das diferentes paisagens e as suas devidas ordenações territoriais.	72
NCF	G	Fundamentos da dinâmica geológica e suas determinações geográficas na sociedade capitalista (Laboratório de Ar, Solo e Água)	As bases das dinâmicas geológicas e suas determinações na distribuição topológica dos minerais A distribuição topológica dos minerais e suas determinações no processo de apropriação da terra e do trabalho O lugar da exploração e o lugar do consumo – as bases da articulação entre natureza, trabalho e mercado.	72
NCF	G	Fundamentos das dinâmicas climáticas e suas determinações na geografia da sociedade capitalista (Laboratório de Ar, Solo e Água)	As bases das dinâmicas climáticas e suas determinações no referenciamento topológico das situações de tempo e clima A distribuição das matrizes de tempo e clima e as formas de exploração da terra e do trabalho – os fundamentos do clima urbano. Os dilemas climáticos – a planetariedade do clima e a planetariedade do capitalismo – o embate político em torno da dinâmica climática e o desenvolvimento da dinâmica de produção e consumo.	72
NCF	G	Diálogo com os fundadores da Geografia: os clássicos da Geografia contemporânea	- Contextos históricos de institucionalização ciência geográfica - Identificação das propostas (autores e obras) fundadores Sistematização	72
NCP	GB	Práticas e Diálogos Geográficos	Elaboração, leitura e interpretação de gráficos, quadros e tabelas em Geografia. Avaliação crítica das fontes consultadas e de suas interpretações. Levantamento e tratamento de dados relacionados ao tema do semestre e sua leitura crítico-interpretativa.	72
NCF	G	Memorial de Percurso Formativo III	Relato e síntese da experiência semestral	
Total da carga horária semestral				360

4º Semestre: EXPANSÃO DO CAPITAL, DIVISÃO DO TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA				
Objetivos: Abordar os processos que levaram a formação do mundo contemporâneo como um sistema internacional hierárquico e desigual, levado a cabo pelo papel dos Estados e das empresas na articulação de uma divisão internacional do trabalho geradora de concentração de riqueza e poder de um lado e de vulnerabilidades, riscos e pobreza de outro. Abordar a exploração capitalista dos recursos naturais e suas implicações.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCF	G	Teorias geográficas contemporâneas e explicações do mundo	O pensamento geográfico no transcorrer do século XX – as influências do neopositivismo, do estruturalismo e pós estruturalismo, marxismo, fenomenologia. Sistematização	72
NCF	G	Redes, fluxos e as interações geográficas (Escritório: Redes, Fluxos e Mobilidade Urbana)	Transportes, comunicação e especialização produtiva dos lugares, a importância da circulação e da fluidez. As desigualdades entre a circulação das mercadorias, da informação e das pessoas. Logística. Os desafios da mobilidade urbana. As múltiplas redes e as interações geográficas.	72
NCF	G	Fundamentos da dinâmica hidrológica e suas determinações geográficas na sociedade capitalista (Laboratórios de Ar, Solo e Água)	As bases das dinâmicas hidrológicas e suas determinações no referenciamento distribuição topológica das águas A distribuição topológica dos oceanos e suas determinações no processo de apropriação da pesca da apropriação privada da água Distribuição topológica dos rios, lagos e suas determinações no processo de apropriação privada da água (água na cidade urbana, água para agricultura O lugar da exploração e o lugar do consumo – as bases da articulação entre natureza, trabalho e mercado. Identificação, problematização e estudos sistemáticos	72
NCP	G	Geoprocessamento para Geografia (Laboratório de Representação da Paisagem)	Elementos, funcionalidades e aplicações dos Sistemas de Informações Geográficas. Apresentação dos softwares e suas operações.	72
NCF	GB	Economia Política do Território (Laboratório de Geografia e Economia Urbana)	Estado, mercado e regulação do território. O espaço geográfico como condicionante econômico-social. A organização produtiva do território (regiões de especialização, arranjos produtivos, distritos industriais entre outros). A organização da cidade para a produção. Desenvolvimento local e regional: possibilidades, limites e desafios. Outras economias possíveis: produções e consumos não hegemônicos.	72
NCF		Memorial de percurso formativo IV	Relato e síntese da experiência semestral	
Total da carga horária semestral				360

5º Semestre. ESTADO E IDENTIDADES NACIONAIS – A DIVISÃO TERRITORIAL DO CAPITALISMO E SEUS CONFLITOS – MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS DIFERENTES FUNDAMENTOS; OS PARÂMETROS DAS RESISTÊNCIAS E O SIGNIFICADO DOS LUGARES.				
Objetivos: Evidenciação dos agentes e poderes hegemônicos e contra hegemônicos envolvidos na produção, apropriação e uso do território. As diferentes dinâmicas das construções identitárias: territórios e movimentos sociais. As abordagens das redes e processos produtivos (a fábrica, mercado e a força de trabalho) e suas interfaces político-territoriais. Estudos de caso na delimitação das fronteiras de Estado em especial a dinâmica europeia, africana e latino americana.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCF	G	Territórios, poderes e contra poderes hegemônicos (Laboratório de Política)	Estados e outros poderes hegemônicos, movimentos sociais e resistência. Territórios, identidades e fronteiras.	72
NCF	G	Pensamento Geográfico Brasileiro contemporâneo	Identificação de autores e problematização das propostas. O movimento de renovação da Geografia brasileira e seus desdobramentos. Elaboração de sínteses	72
NCF	G	Redes e processos produtivos, Estado Nacional e Cidade (Laboratório de Economia Urbana e Sugestão: Laboratório de Geografia Urbana)	Transnacionalização do capital: do fordismo à acumulação flexível; A cidade e a Geografia Política e Econômica do Mundo Análise e estudos de caso	72
NCP	G	Cartografia Temática Digital para Geografia (Laboratório de Representação da Paisagem)	As técnicas de representação da cartografia temática e a produção de mapas digitais. Conhecimento e aplicação de software. Elaboração e análise de mapas temáticos.	72
NCP	GB	Práticas profissionais	Apresentação da legislação profissional. O geógrafo como pesquisador: caminhos, práticas e experiências profissionais. Estágio Supervisionado	108
NCF	GB	Dinâmica populacional e urbanização	Fluxos migratórios contemporâneos, trabalho e renda, estatísticas populacionais e demografia. Levantamento, tratamento e análise de informações sobre a população rural e urbana.	72
NCF		Memorial de Percurso Formativo V	Relato e síntese da experiência semestral	
Total da carga horária semestral				468

6° Semestre: DO PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO NO PLANEJAMENTO: o reconhecimento de campos e metodologias				
<p>Objetivo: Abordar o planejamento do território e sua complexidade. A pertinência do território na concepção das políticas públicas. O conjunto de meios, metodologias e instrumentos necessários para a elaboração de proposições políticas. O reconhecimento do território brasileiro e os desafios de seu planejamento. Semestre com integração com os cursos de Arquitetura e Administração Pública.</p>				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
NCF	G+ AU+ AP	Planejamento territorial e cidade: contradições e possibilidades (Escritório de Planejamento Territorial)	O planejamento como instrumento da política e o território como condição e campo de ação. As condicionantes do meio construído para ações de planejamento. Diferença entre planejamento setorial e planejamento territorial. As desigualdades socioespaciais e os impasses do planejamento no atual período: o foco nas demandas sociais.	72
NCF	G	Formação territorial do Brasil	Processo e construção do território brasileiro; Identificação e análise dos discursos geográficos sobre a territorialidade	72
NCF	G	Região e regionalização	A região nos estudos geográficos (as diferentes teorias sobre a região e propostas de regionalização)	72
NCP	GB+AU+AP	Escritório de Planejamento Territorial	Planejamento de metrópoles e projetos urbanos	72
NCP	GB +AU+ AP	Cartografia Temática Aplicada ao Planejamento	Cartografias urbanas: uso e ocupação do solo, infraestruturas, serviços, cultura, demografia, estatísticas	36
NCP	GB+ AU+ AP	Metodologias de Planejamento Integrado	Introdução à Administração Pública e metodologia de Planejamento (estratégico, situacional, cenários e projeções).	36
NCP		Iniciação à Pesquisa em Geografia	Introdução à pesquisa, definição de tema e escolha de orientador para elaboração do TCC	36
NCF		Memorial Formativo VI	Relato e síntese da experiência semestral	
			Total da carga horária semestral	396

7º Semestre: TERRITÓRIO, POLÍTICA E PLANEJAMENTO				
Objetivo: Semestre baseado na definição de caminhos profissionais ou de objetos de pesquisa e intervenção que perfilam a formação do estudante em conformidade com a especificidade do curso de Geografia do Instituto das Cidades. O semestre é dividido em dois subtemas.				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
	todos	Eletiva intercampi, Língua estrangeiro ou Atividade Cultural	Realização de UCs eletivas noutra Instituto ou Escola da Unifesp; inglês ou espanhol ou atividades culturais na Unifesp	120
NCF		Memorial de Percurso VII	Relato e síntese da experiência semestral	
NCP		TCC	Desenvolvimento da pesquisa - orientações	
NCF	G	Integrações internas	Docentes e estudantes divididos em dois subtemas ofertados respectivamente pelo bacharelado e licenciatura na forma de UC, coordenadas pelos docentes designados pelo Colegiado de Curso, se encontram para a realização de interlocução.	36
SUBTEMA A: GEOGRAFIA URBANA: ECONOMIA POLÍTICA DA CIDADE E PLANEJAMENTO				
NCP	GB+AU +AP	Economia Espacial Urbana: políticas e discursos da cidade (Laboratório de Economia Urbana e Escritório de Planejamento Territorial)	A socialização capitalista do espaço urbano. Meio construído e divisão do trabalho. Atividades produtivas hegemônicas e produção do espaço urbano. Trabalho, renda, consumo popular e sobrevivência dos pobres na cidade. Plano diretor, Lei de zoneamento urbano e conflitos sociais. Para que e para quem planejar a cidade: análise dos discursos do planejamento urbano (cidade competitiva, cidade global, cidade espetáculo, cidade mercadoria entre outros)	126
SUBTEMA B: TERRITÓRIO: PLANEJAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCO				
NCP	GB+EA S	Planejamento Ambiental (Laboratório de Planejamento Ambiental e Gestão de Riscos)	Os estudos ambientais no contexto da Geografia; Os pressupostos geográficos na análise do sistema natural: potencial ecológico e produção socioespacial; Discussão sobre sustentabilidade dos recursos naturais; Zoneamento ecológico-econômico; Pegada ecológica; Simulações de EIA-RIMA.	126
Total da carga horária semestral				282

8º Semestre. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E ATIVIDADES LIVRES INTEGRATIVAS E ELETIVAS				
Objetivo: Finalização do Trabalho de Conclusão de Curso e do Memorial de Percurso Formativo com respectivas defesas públicas. Realização de Atividades Integrativas				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
	todos	Eletiva intercampi, Língua estrangeiro ou Atividade Cultural	Realização de UCs eletivas noutra Instituto ou Escola da Unifesp; inglês ou espanhol ou atividades culturais na Unifesp	120
NCF	G	Memorial de Percurso Formativo	Desenvolvimento do plano de redação final e defesa pública	36
NCP	G	TCC	Desenvolvimento do plano de redação e defesa pública	
	G	Eletiva		72
	G	Eletiva		72
Total da carga horária semestral				300

PERCURSO DAS UNIDADES CURRICULARES ESPECÍFICAS PARA LICENCIATURA				
	Integr	Título UC	Síntese de conteúdo e ação	CH Sem
1° semestre				
	GL	Práticas Geográficas Pedagógicas Programadas (PGPP) I	Reconhecer e problematizar o papel da disciplina geografia na escola. Identificar quem são os professores de Geografia e o que pensam sobre a Geografia escolar. Identificar e problematizar os saberes científicos e disciplinamento escolar. Reconhecer os materiais didáticos utilizados na escola Indagações, organização de entrevistas, estudos, redação e sistematizações. Interlocução.	36
	GL	Diálogos sobre a Educação: desafios da escola brasileira	Educação como processo de humanização, socialização e singularização. - Produção social da escola brasileira. Reconhecer razões e identificar de que escola se trata	36
2° semestre				
	GL	Práticas Geográficas Pedagógicas Programadas (PGPP) II	Identificar a produção do conhecimento geográfico a respeito de cidade e os usos de materiais didáticos. Indagações, organização de estudos, redação e apontamento de proposições. Montagem de exposições. Transformar o observado em uma sistematização. Identificar, problematizar os materiais didático / exposição sobre materiais Indagações, organização de entrevistas, estudos, redação e sistematizações.	36
	GL	Linguagem, alfabetização e letramento geográfico	Reconhecer o objetivo do conteúdo geográfico no processo educativo e a construção de uma linguagem geográfica Discutir a respeito de leitura geográfica da natureza, sociedade e economia: fragmentação e totalidade. Reconhecer objetivos e conteúdos no ensino de Geografia, reconhecimento do discurso e a alfabetização geográfica	36
3° semestre				
	GL	Práticas Geográficas Pedagógicas Programadas (PGPP) III	O mundo do capitalismo e suas relações com a formação escolar: Identificar sujeitos, discursos e os processos de ensino aprendizagem. O “mundo” no imaginário da criança e adolescentes das comunidades urbana/urbanizadas As identidades de gênero	36
	GL	Psicologia da Educação	Identificar abordagens de Piaget, Vygotsky e Wallon em Psicologia da Educação promover diálogos com Ensino de Geografia	36
4° semestre				
	GL	Avaliação da Aprendizagem no Ensino de Geografia	Planejamento escolar como ato político: concepções e relação com o processo de avaliação no ensino de Geografia Identificar e problematizar a escola, o trabalho pedagógico e sua relação com as práticas avaliativas no Ensino de Geografia	36
	GL	Práticas escolares e formação de professores Geografia	escola básica contemporânea e os desafios da prática do professor de Geografia o planejamento de ensino de Geografia e os elementos constituintes do processo de ensino- aprendizagem em aula; os objetivos e os conteúdos de ensino;	36

			metodologia de ensino e os procedimentos didáticos	
	GL	Estágio curricular Supervisionado Residência Pedagógica	Escola, sujeitos, processos de Ensino e Aprendizagem, Promover diferentes práticas pedagógicas de Geografia - 6º ao 7º anos do Ensino Fundamental. Sistematizar a produção e aplicação de Materiais didático.	100
6º semestre				
	GL	Alfabetização geográfica e o processo de ensino e aprendizagens da Geografia na Escola	A tematização do mundo (paisagens, territórios e regiões) e suas identidades como fundamento do processo de ensino aprendizagem da Geografia na escola. O Brasil no Mundo e o Mundo no Brasil de acordo com os livros didáticos – exercício da identidade territorial e suas dimensões escalares.	72
	GL	Estágio curricular Supervisionado Residência Pedagógica	Escola, sujeitos, processos de Ensino e Aprendizagem, Promover diferentes práticas de ensino de Geografia - 8º ao 9º anos do Ensino Fundamental . Sistematizar a produção e aplicação de Materiais didáticos.	100
7º semestre				
	GL	Estágio curricular Supervisionado Residência Pedagógica	Ensino Médio e o Papel Social do Discurso Geográfico na Escola. Promover diferentes Práticas de ensino de Geografia. Sistematizar produção e aplicação de Materiais didáticos	100
	GL	UC Territórios na/da cidade: movimentos sociais , construção de identidade – o significado de pertencimento Escritório	patrimônio (o que é?/ memória e toponímia na apropriação social do território. As marcas de cada um. Formas alternativas de economia e solidariedade: economia solidária, relações comunitárias, solidariedades de caráter político e/ou religiosos. Bairros como identidade comunitária e como definição de Estado Escola como extensão do Estado.	
	GL	UC Requalificação de assentamentos precários. Cidades inclusivas e acessíveis. Qualificação de vida	Morar, trabalhar, estudar e cuidar de si mesmo nas cidades: urbe e a cotidianidade em rede Moradores de rua e a rua como moradia. O ensino de Geografia e territórios de educação não formal	
8º semestre				
	GL	Estágio curricular Supervisionado Residência Pedagógica	Linguagem Cartográfica e Geografia Escolar no Ensino Médio. Promover diferentes Práticas de ensino de Geografia. Sistematizar produção e aplicação de Materiais didáticos	100
	GL	Eletiva		
	GL	Eletiva		

9. AUTONOMIA ESTUDANTIL E MEMORIAL DO PROCESSO FORMATIVO

O Instituto das Cidades tem como objetivo estimular a autonomia, protagonismo e pensamento crítico do estudante, a capacidade de definir sua trajetória ao longo do curso, elegendo áreas de interesse, com autoconsciência do percurso formativo, na escolha de atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão), atividades complementares, estágio e intercâmbio, tornando-se sujeito ativo na sua formação, do primeiro semestre ao trabalho de conclusão de curso.

Neste sentido, é fundamental desenvolver nos estudantes a capacidade de “aprender a aprender” e ser capaz de manter um processo reflexivo sobre o próprio percurso de aprendizado, tendo consciência de métodos, problematizações, caminhos prospectivos e projetuais.

Ao longo da graduação, a cada novo semestre, serão ampliadas as possibilidades de eletivas e atividades complementares dos estudantes, além das escolhas em opções de intercâmbio e estágio – de modo a progressivamente tornar-se sujeito de seu aprendizado.

Todos os estudantes do Instituto das Cidades deverão produzir, ao longo da graduação, desde o primeiro semestre, um MEMORIAL do seu processo formativo, costurando os nexos do seu aprendizado, com apoio de tutor e com debates abertos, finalizando com um documento final que é apresentado junto com o TCC.

Esse tipo de memorial (diário de bordo, diário de obra), com formato livre, é instrumento importante tanto para a avaliação do estudante quanto do próprio curso. Deve ser uma espécie de romance formativo, como o *bildungsroman* do século XIX, como passos no processo de tomada de consciência de si e do mundo.

Sobre política de Apoio ao Estudante, ver capítulo 18.

10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Instituto das Cidades deverá agregar as múltiplas experiências formativas do estudante em um trabalho que exprima as potencialidades de um pensador-construtor de cidades. Todos os formatos serão permitidos (projetos, planos, trabalhos teóricos, vídeos, construções, protótipos, etc.) e esperar-se-á que sejam resultantes dessa experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores.

O TCC sintetizará o resultado do processo formativo de cada estudante e seu produto indicará o perfil do profissional que o Instituto está formando – por isso, servirá igualmente como importante momento para avaliação do próprio projeto pedagógico, de cada curso e do IC como um todo.

É recomendado que o processo avaliativo e a banca congreguem professores de dois ou três cursos do Instituto e/ou externos, com a seguinte composição: professor orientador, um docente do curso, um docente de outro curso do Instituto e um convidado externo (opcional) Este último, pode ser docente ou não, como profissional do setor público, privado ou terceiro setor, ativista de movimentos sociais, de centros de pesquisa, desde que relacionados ao tema.

A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes, contabilizadas como atividade da matriz curricular. Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

TCC de Geografia - bacharelado

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser centrado em uma das áreas teórico-práticas e/ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração do conhecimento, bem como de consolidação das técnicas de pesquisa e elaboração de projetos, de modo a estimular o espírito científico, a criatividade e o interesse pelas diferentes áreas de atuação da geografia.

As diretrizes que embasam as normas para execução do TCC em Geografia da Unifesp, em consonância com as diretrizes de TCC do Instituto das Cidades o artigo da DCN citados acima são:

O tema é de livre escolha do estudante e deverá agregar as múltiplas experiências formativas de seu percurso acadêmico em um trabalho que exprima sua capacidade investigativa e reflexiva;

No formato de monografia, resultante da proposta de pesquisa;

O orientador é de livre escolha do estudante e poderá ser qualquer dos docentes do curso de Geografia da Unifesp;

Espera-se que o TCC apresente resultado relevante e expressivo da experiência de formação baseada na convergência de conhecimentos e análise de contextos e problemas urbanos desafiadores;

A composição da banca será composta por:

- professor orientador
- um docente do curso de Geografia
- um docente de outro curso do Instituto das Cidades
- opcionalmente, um convidado externo.

Este último, poderá ser docente ou profissional atuante no setor público, privado ou movimentos sociais, desde que relacionado ao tema.

A apresentação dos TCCs e suas defesas serão consideradas atividades formativas para o restante dos estudantes, contabilizadas como atividade da matriz curricular.

Ao final de cada semestre haverá uma exposição de TCCs aberta ao público e com debates sobre o conjunto da produção.

11. INTERCÂMBIO, MOBILIDADE E TRABALHO DE CAMPO

Na matriz curricular, para todos os cursos do Instituto, é previsto um intercâmbio (semestre “out”) recomendado (mas opcional), em que os estudantes deverão circular, sempre que possível apoiados com bolsas, por outras instituições, nacionais ou internacionais, e conhecer contextos urbanos e culturais diferentes, alargando seu repertório e ampliando suas hipóteses de entendimento profissional, de pesquisa e ação sobre as cidades.

O intercâmbio é vetado no primeiro e último anos do curso e recomendado nos demais semestres. A duração poderá ser de um ou dois semestres consecutivos. O intercâmbio deverá ocorrer por meio de acordo de cooperação com instituições brasileiras e estrangeiras. As atividades realizadas pelos estudantes nessas instituições deverão ser contabilizadas para a integralização de seu curso na Unifesp, devendo seu reconhecimento ficar a cargo de avaliação da comissão de curso. O que não for reconhecido, pode figurar no histórico acadêmico do estudante como atividade optativa.

O estudante que não fizer o intercâmbio prosseguirá na matriz curricular do Instituto, no seu curso, tendo mais espaço para eletivas, optativas, iniciação científica, extensão, iniciação à gestão, atividades complementares, entre outras.

O Instituto também irá receber estudantes de outras universidades do país e do exterior, mediante os mesmos acordos de cooperação, integrando-os no ensino, pesquisa e extensão.

Programa de mobilidade estudantil da Unifesp

A mobilidade internacional é uma oportunidade de vivência internacional em instituições conceituadas, com as quais Unifesp mantém acordos de cooperação, proporcionando, além de uma formação acadêmica ainda mais sólida aos estudantes, o seu amadurecimento pessoal, cultural e profissional.

A Unifesp dispõe de três modalidades de mobilidade acadêmica internacional para seus estudantes: pelo Programa Ciência sem Fronteiras (com apoio concedido pelo governo federal); pelo Programa Santander Universidades (com apoio concedido pelo próprio banco) e pelos acordos e convênios firmados bilateralmente entre a Unifesp e outras Instituições de Ensino estrangeiras (sem apoio, porém com o respaldo oficial da Unifesp).

Estes programas são abertos aos estudantes de graduação, por meio de editais, onde são publicadas as regras do processo seletivo e a documentação que o aluno precisa apresentar para a Secretaria de Relações Internacionais (SRI). Os Editais são publicados periodicamente nas páginas da SRI e da ProGrad.

Há ainda a possibilidade de o aluno fazer um intercâmbio de maneira autônoma, sem o respaldo da Unifesp (fora dos editais), em alguma instituição estrangeira da sua escolha (quer seja ela conveniada ou não com a Unifesp). Neste caso, ele não precisa se reportar à SRI, mas deverá se comunicar para a Secretaria de Graduação do seu Curso e atender as regras específicas do seu curso e do Regimento Interno da ProGrad.

Intercâmbios e Mobilidade no curso de Geografia

[em elaboração e definição das primeiras instituições parceiras]

Trabalhos de campo programados no curso de Geografia – Bacharelado/Licenciatura

Os Trabalhos de campo programados são especialmente importantes no curso de Geografia. Possibilitam ao estudante o contato empírico com as situações concretas, permitindo trabalhar o levantamento de dados e informações, a descrição da paisagem, realização de entrevistas, o registro de imagens entre outras técnicas. Propiciam ao estudante um momento de observação atenta da relação entre o espaço geográfico e a sociedade em contextos urbanos e rurais, exercitando seu olhar e capacidade de ver, sentir, interpretar, relacionar. Em todas as viagens os estudantes deverão produzir um relatório de campo, exercitando seu domínio de linguagens e técnicas de representação e compreensão crítica do percurso formativo.

As viagens obrigatórias serão subsidiadas ou integralmente custeadas pela Universidade. As viagens optativas dependerão de recursos dos estudantes ou captação em projetos e editais específicos. A realização de trabalho de campo obrigatória ou optativa está prevista nas ementas das unidades curriculares do curso, as localidades e os trajetos podendo variar em conformidade com a dinâmica do curso e a disponibilidade dos recursos.

12. PRÁTICAS E DIÁLOGOS GEOGRÁFICOS

Com o objetivo de oferecer aos estudantes uma formação integrada com os campos de atuação profissional, valorizando a importância da atitude investigativa e analítica, o curso apresenta unidades curriculares que possibilitam, sob orientação de docente responsável, a realização de diferentes práticas estruturadas no enfrentamento de situações e na utilização de metodologias, visando operacionalizar teorias e conceitos.

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Além da licenciatura, com seu estágio docência obrigatório, os cursos de Engenharia, Arquitetura e Administração Pública passaram recentemente a ter em sua diretriz curricular a obrigatoriedade de estágio programado (com o mínimo de 360 horas) para todos seus estudantes. Por constituir momento importante de aprendizado em ambiente profissional, trazendo elementos novos para sua formação, que reverberam em novas questões e visões para os programas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto como um todo, o estágio programado será recomendado em todos os cursos do IC.

Contudo, é preciso compreender os contextos de trabalho nos quais se insere o estágio, de modo a tirar o proveito dele esperado. Atualmente, a obrigatoriedade de estágio associada à ampliação do número de estudantes no ensino superior (em especial nos cursos privados) tem resultado em impactos no mercado de trabalho, com estagiários comumente substituindo profissionais a baixo custo, assumindo responsabilidades indevidas, com jornadas de trabalho flexíveis e muitas vezes superando o previsto pela legislação. Ou ainda exercendo funções em condições de baixíssimo aprendizado, em atividades mecânicas e subalternas. O ambiente de estágio por vezes naturaliza contextos empresariais e de negócios, inculca nos estudantes a ideologia dominante sobre relações de produção, organização do trabalho, uso da tecnologia, estímulo ao consumismo, o que o Instituto pretende justamente problematizar.

Por isso, o estágio obrigatório deverá ser planejado como atividade programada, com acompanhamento de tutores, em contextos favoráveis ao aprendizado, com convênios supervisionados em órgãos públicos (sobretudo com Subprefeituras e órgãos públicos em atuação próxima ao campus), entidades civis, assessorias técnicas, centros de pesquisa e planejamento, cooperativas, empresas selecionadas e conveniadas, sempre em ambientes profissionais mais regulados/formais e com vocação pública. As atividades de extensão que simulam contextos profissionais e com professores supervisores (como Observatório de Políticas Públicas, Centro de Memória, Escola de Governo, Escritório Modelo e Incubadoras, por exemplo) também são considerados espaços recomendados para estágio. Por fim, a própria gestão do Campus, entendida como Administração-Escola é espaço relevante para estágio programado (ver item 16).

Especificidade do Estágio Curricular Supervisionado em Geografia

As diretrizes curriculares para o curso de Geografia -Bacharelado observam que os estágios fazem parte da necessidade de que haja articulação entre a teoria e a prática, e entre a pesquisa básica e a aplicada. No entanto, não afirma seu caráter obrigatório ou número de horas a serem cumpridas. Por constituir momento importante de aprendizado em ambiente profissional, preparando o estudante para lidar com as situações concretas que envolvem as diferentes atribuições do geógrafo bacharel, além de trazer elementos para sua formação que reverberam em novas questões e visões para os programas de ensino, pesquisa e extensão do curso de Geografia, bem como para o Instituto como um todo, o estágio supervisionado será obrigatório para a formação do bacharel com o cumprimento do mínimo de 108 horas previstas na matriz curricular do curso e valorizará a pertinência da atitude investigativa, analítica e propositiva. Seguindo a vocação pública do Instituto das Cidades, os estágios deverão ser cumpridos em Prefeituras e Subprefeituras, Secretarias de Estado, Institutos e Centros de Pesquisa e Planejamento e Entidades Civis e Organizações não estatais.

14. ARTICULAÇÃO ENTRE BACHARELADO E LICENCIATURA

Após a apresentação dos objetivos, matrizes e outros elementos que configuram a formação do geógrafo – bacharel é importante delinear que a articulação entre o bacharelado e a licenciatura deverá ser desenvolvida por meio de gestão compartilhada entre os representantes dos dois cursos, no contexto do colegiado do curso.

Essa dinâmica resguardará a unidade estrutural dos objetivos que levaram o Instituto das Cidades a optar pela existência de um curso de Geografia que possibilite ao graduando a titulação de bacharelado e/ou licenciatura. Tratam-se de dois cursos de graduação com percursos formativos específicos, organizados a partir de um eixo epistemológico comum que abarca o saber geográfico. Uma matriz curricular sistematizada por um grande grupo de unidades comuns e outros dois grupos menores contendo as respectivas especificidades.

Nesse sentido, o que se busca preservar é que o aluno tenha o direito de optar entre uma formação típica de um bacharel, tal como foi definida no perfil do profissional no seu respectivo PPC, ou de um licenciado e optar por conquistar, ao final do percurso de 4 anos, a primeira habilitação escolhida e ao final do percurso de 6 anos a segunda habilitação. O objetivo é que em 6 (seis) anos – o aluno que assim o desejar – conquiste as duas titulações.

15. ATIVIDADES CONVERGENTES NO INSTITUTO DAS CIDADES

a. Ensino

O tema/problema articulador Cidades, dada a sua complexidade e transversalidade, favorece o desenvolvimento de uma visão integrada entre cursos de graduação de diferentes campos do conhecimento. É, ao mesmo tempo, parte fundamental da definição das condições e qualidade da vida cotidiana dos indivíduos, o que permite uma relação promissora entre ensino, pesquisa e extensão, e destes com as políticas públicas e os direitos dos cidadãos, portanto, constitui-se em potente plataforma propulsora de ideias e práticas.

Os cursos que comporão o Instituto das Cidades serão Engenharias vinculadas ao planejamento e à produção do espaço urbano e suas infraestruturas (Civil, Ambiental/Sanitária e Transportes), Arquitetura e Urbanismo, Design (com ênfase em design de serviços públicos), Geografia (bacharelado e licenciatura), Turismo e Administração Pública (com ênfase em Gestão de Cidades).

A formação é dirigida à construção de situações, mapeamento e resolução de problemas complexos por meio da convergência de conhecimentos baseada em contextos reais. O momento de resolução não se resume à descoberta de uma resposta, mas na sua transformação em projeto indutor da sua própria realização, capaz de construir consensos políticos e sociais e sua viabilidade de realização. Desse modo, o exercício experimental de projetos resulta sempre em um produto capaz de produzir não apenas conhecimento acadêmico, mas estratégias de comunicação para alcançar consensos sociais e políticos para sua implementação. Embora a hipótese de um conhecimento convergente possa apontar para a ideia de que exista um ponto de convergência, sua prática do conhecimento não resulta em uma resposta única, com validade para todos os contextos, sujeitos e tempos. Ela cria espaços onde os interlocutores identificam se suas formas de pensar sobre determinadas questões e problemas são complementares, o que permite construir entendimentos comuns. Isso não significa apenas a procura de consensos, mas também fornece a oportunidade para evidenciar conflitos e perspectivas de dissenso.

A noção de que existem possibilidades criativas de convergências de conhecimento envolve, por isso, o reconhecimento de que existem lugares e províncias do conhecimento de onde se fala e observa. Cada formação/profissão olha o território, a cidade e seus problemas a seu modo, de seu lugar, pois tem sua identidade já constituída, resultante de tradições epistemológicas do pensamento ocidental e de uma histórica divisão social do trabalho intelectual. Não se pretende negá-las, mas reconhecê-las, confrontá-las e reinterpretá-las. A convergência é, por isso, a procura de confluências e esquinas de encontro do conhecimento, formas de condensar, na construção coletiva do lugar e da cidade, os conhecimentos diversos das diferentes áreas do saber, e também das diferentes experiências de vida e intelectuais de professores, técnicos e estudantes considerados desde o primeiro dia de aula como sujeitos do seu aprendizado e pesquisadores ativos.

O Instituto irá valorizar a capacidade de trabalhar em grupo e pensar as cidades de forma coletiva, como campo de entendimento, cooperação e conflito. Confrontar diferentes ângulos e métodos de observação para fenômenos complexos – como o da urbanização – é pedagogicamente estimulante e simula contextos favoráveis à tomada fundamentada de decisões. Favorecer abordagens multidisciplinares em sala de aula e atividades de ensino, pesquisa e extensão requer assim, de um lado, o reconhecimento das diferentes

identidades profissionais e, de outro, permite que cada formação e suas tradições revejam-se criticamente, avaliando sua atualidade e redesenho para o mundo contemporâneo. Abre-se, deste modo, a possibilidade de testar alternativas e caminhos para a produção de conhecimento sobre a urbanização e seu profissional do futuro, que transite com familiaridade e efetividade por campos afins no pensamento crítico, planejamento, projeto, gestão e produção das cidades.

Outra convergência desejada é a articulação permanente entre teoria e prática, própria a formações aplicadas e que tem como instrumentos o “projeto” e o “plano”. Neste caso, ela é favorecida pela aproximação de um tema comum, as cidades. O aprendizado baseado em análise de contextos, conflitos e problemas é uma ferramenta poderosa para a aplicação crítica do conhecimento em ações resolutivas e socialmente referenciadas. O processo resultará em uma rica mistura de visões que se complementarão em função de seus diferentes perfis acadêmicos: professores que colaboram nas “problematizações” e outros nas “resoluções” – sempre evitando uma abordagem instrumental de solução dissociada da avaliação de meios e fins.

Mesmo com diplomas próprios a cada curso, pretende-se que a experiência pedagógica permita a **formação integral de um pensador-construtor de cidades**, combinando a formação polivalente com a especialização não excludente – e que deve ser mais desenvolvida na pós-graduação posterior. O profissional deve ser capaz de pensar a sociedade e as políticas públicas globalmente e agir localmente como especialista capaz de fazer avançar criticamente sua área de conhecimento, tecnologias, projetos e produtos.

b. Pesquisa

O Instituto das Cidades pode colaborar com diversas instituições que estão seguindo na mesma direção, que fazem pesquisas integradas sobre as cidades, no Brasil e no exterior. A época atual é frutífera para o tema, pois a qualidade das cidades é cada vez mais uma questão fundamental para se definir as condições de vida de imensas parcelas da população e o futuro das sociedades. Os territórios em urbanização são elementos multidimensionais propícios a pesquisas convergentes, pois conectam em suas superfícies diversas políticas públicas, aspectos simbólicos, políticos e tecnológicos, lutas sociais e circuitos de acumulação de capital. A dimensão experimental de laboratórios, ateliês e oficinas, com atividades práticas distintas, favorece diferentes tipos de ensino que permitem engajar os estudantes criticamente na formulação de “perguntas urbanas”, e estimular seu papel criativo, de “imaginadores urbanos”.

A pesquisa no Instituto deve, por isso, nascer convergente e procurar temas articuladores estratégicos, afins entre os cursos do IC, mas também com outros Institutos e Escolas da Unifesp e parceiros externos. Desse modo, as pós-graduações não deverão ser diretamente continuidades dos cursos, com mestrados e doutorados em engenharia, arquitetura, geografia, administração pública etc.. Mas sim, devem privilegiar programas de pós-graduação interdisciplinares em Cidades, com linhas de pesquisa que combinem uma diversidade de profissionais e pontos de vista para abordar questões emergentes da urbanização mundial, investigações históricas e estudos de futuro.

As linhas de pós-graduação podem ter rebatimento contínuo e produtivo com os temas/problemas abordados nos ateliês multicurso da graduação. De modo que o ensino em ateliê possa alimentar perguntas de pesquisa e vice-versa, criando um sistema cooperativo de pesquisa-ensino associados, testando hipóteses

investigativas em âmbito projetual, de desenho de políticas públicas e retornando à investigação científica e reflexiva.

c. Extensão

O Campus Zona Leste já iniciou suas atividades em 2013 com iniciativas de Extensão Universitária. Cabe destaque ao Observatório de Políticas Públicas, ao Centro de Memória da Zona Leste, à Escola de Cidadania e ao Núcleo de Formação sociocultural da Zona Leste. Outras iniciativas em planejamento e que já existem noutros campi da Unifesp são o Cursinho Popular e a Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI). Esse planejamento está sendo feito em conjunto com a Prefeitura da cidade de São Paulo por meio da Secretaria de Educação e também da Secretaria de Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Idosa. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) já se instalou em alguns CEUs da zona leste que acolhem os polos de EAD para atividades de formação de professores da Rede Pública.

Para a realização dessas iniciativas, e abrigando ainda praças cobertas e espaços culturais de uso compartilhado com a população (como Teatro, Biblioteca, Cineclube, Ateliês), será previsto o prédio frontal do Campus, que constituirá a fachada metropolitana na Av. Jacu Pêssego. Tal edifício convidativo e de uso compartilhado seria a marca de uma universidade aberta à população e em diálogo com seus movimentos sociais.

As profissões oferecidas pelo Instituto das Cidades serão aplicadas, por isso o exercício de estágios supervisionados, escritórios-modelo, incubadoras de cooperativas e empresas, escola de governo, residências profissionais e extensão universitária são momentos fundamentais para a realização de experiências concretas de Práticas Assistidas. Algumas delas já são amparadas por leis federais, estaduais e municipais, como as leis de assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para projetos e obras de habitação de populações de baixa renda, movimentos sociais e cooperativas (como a Lei 11.888/2008, que prevê convênios com as universidades para tanto). As Práticas Assistidas permitem a formação profissional em atividades de campo, de aprender fazendo (*learn-by-doing*), em que os estudantes são expostos a contextos reais, interagindo com situações complexas e levando à prova sua formação intramuros. A prática favorece, assim, o reconhecimento das desigualdades sociais e urbanas e o desejo de superá-las, com ações concretas e transformadoras na relação universidade-sociedade, como um meio de ativismo projetual pela justiça urbana.

A vocação extensionista do Campus Zona Leste e do Instituto das Cidades deve refletir-se igualmente na Câmara de Extensão com a possibilidade de uma composição paritária, com metade dos seus membros sendo representantes da sociedade civil organizada, na definição de políticas, programas, bolsas e cursos de extensão e especialização. Na definição de sua matriz curricular, ao menos 10% da carga horária obrigatória dos cursos do IC será destinada a atividades de extensão, como as mencionadas acima. O campus, como a universidade, deverá indicar orçamento para as atividades de extensão de modo a garantir sua viabilidade, continuidade e expansão.

As ações de Extensão são oportunidade única de colocar à prova o ensino e pesquisa, avaliá-los em diálogo com a sociedade e seus contextos territoriais, submetendo o aprendizado a um teste de realidade e ao mesmo tempo procurando novos elementos e interlocutores para informar as ações universitárias como um todo. É desse modo que o Campus Zona Leste propõe a Extensão como Intenção em seu programa de formação de pensadores-construtores de cidades.

A Extensão, contudo, em especial no caso de um Instituto que lida com políticas públicas associadas às carências de infraestrutura e qualidade de vida da população, deve resguardar suas diferenças com a ação do Estado, provedor de serviços públicos e garantidor dos direitos da cidadania. O Instituto deve estar associado às políticas públicas como agente observador, problematizador e inovador, mas sem a capacidade de implementar ações na escala de serviço público. Para tanto, a universidade pode realizar parcerias e solicitações para que os órgãos públicos competentes atuem no que for de sua responsabilidade na atenção às demandas locais.

d. Exposição e Fóruns anuais

Ao final de cada ano letivo, todos os temas/problemas enfrentados por todos os cursos em projetos, experimentações concretas e políticas públicas serão expostos em uma semana de debates, na qual avaliar-se-á a pertinência, contradições e conflitos em torno de cada solução e delas com as demais, em um Fórum de discussão sobre a cidade, como exercício de “esfera pública”. Eventualmente, o Fórum pode optar por realizar debates, dramatizações (como o “teatro fórum”) e votações na escolha de soluções divergentes, simular contextos de tomadas de decisão de governo e consulta à sociedade, ou ainda realizar uma plenária de orçamento participativo com os projetos ali apresentados. A Exposição, o Fórum e seus debates serão abertos a toda a população, convidada a opinar e discutir, bem como serão convidados gestores públicos, movimentos sociais, empresas e especialistas de outras universidades pertinentes aos temas em discussão. A montagem de exposições, debates e o Fórum serão contabilizados para fins de integralização na matriz curricular. O resultado anual da Exposição e do Fórum será material para desenvolvimento de projeto editorial gráfico de todos os cursos, sob coordenação e execução dos estudantes.

e. Atividades Complementares

[em elaboração]

f. Residência em Cidades

O Instituto das Cidades pretende se beneficiar da enorme experiência da Residência Médica e Multiprofissional em Saúde da Unifesp e, mais recentemente, da sua Residência Pedagógica. Propõe-se, assim, um programa de Residência Multiprofissional em Cidades, em que os estudantes deverão trabalhar com políticas públicas de planejamento territorial e suas infraestruturas nos mais diversos lugares do Brasil, levando seus aprendizados e enfrentando situações concretas. A Residência em Cidades é uma especialização opcional que ocorre após a graduação, com bolsa de um ano, configurando-se como um dos eixos aglutinadores das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Residência contribui para a formação continuada de profissionais que atuam na gestão pública das cidades (convênio entre universidade, prefeituras e Estados). Isso permite uma real aproximação da universidade com o município em que está instalada (pode-se pensar nas subprefeituras, além da gestão central do município, por exemplo). Um contexto supervisionado que proporcionará experiências significativas para a formação teórico-prática dos graduados, devendo gerar novos “problemas” consistentes para pesquisas em nível de pós-graduação.

16. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES

a. Gestão Acadêmica do Instituto das Cidades

O modelo de convergência de conhecimento presente no Instituto das Cidades está relacionado à compreensão de que os problemas territoriais das cidades e demais assentamentos humanos são essencialmente interdisciplinares e necessitam de uma formação voltada ao acionamento e à integração de tecnologias e diferentes áreas de conhecimento para sua resolução. O modelo toma por base um movimento que ao mesmo tempo conjuga a especificidade e promove o aprofundamento da produção das disciplinas “tradicionais”, beneficia e fomenta estratégias de reflexão e ação que buscam extrapolar as fronteiras disciplinares. Com isso, para além da convergência dos vários campos de conhecimentos, os processos de ensino-aprendizagem e de intervenção presentes no IC estarão fundamentados no trabalho colaborativo e na formação de redes de investigação científica e social que levem a soluções inovadoras, socialmente referenciadas, que visem à promoção e à consolidação dos direitos da cidadania.

O modelo implica, entre outros fatores, uma mudança radical na organização acadêmica, com a superação da divisão tradicional de departamentos por disciplinas. Com isso, os docentes, técnicos e estudantes que venham a integrar o Instituto das Cidades precisarão estar comprometidos com a sua missão. O estímulo ao livre debate e entrecruzamento de ideias, aos conhecimentos prévios e ao trabalho colaborativo é ambiente imprescindível para fomentar o modelo de convergência de conhecimento aqui proposto. Um ambiente que deve promover a consciência do futuro profissional/pesquisador sobre as fronteiras disciplinares e sua transcendência, com uma base integrada, profunda e ampla de conhecimentos, para que possa entender, com múltiplas perspectivas, as questões complexas e conflituosas do dia a dia das cidades e tratá-las de forma crítica, criativa, colaborativa e fundamentada.

O Instituto das Cidades será uma Unidade Universitária situada geograficamente no Campus Zona Leste e estará articulada academicamente às demais Unidades Universitárias da Unifesp, fomentando maior integração entre as diferentes áreas de conhecimento, podendo, por exemplo, propor a instalação de unidades avançadas em outros campi, bem como abrigar unidades avançadas sugeridas por outros campi. O IC terá uma Direção Acadêmica, uma Congregação e uma Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa.

Na sua primeira fase de implantação o Instituto das Cidades manterá uma Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa, fortalecendo a interdisciplinariedade e a indissociabilidade do seu Projeto Político Pedagógico. Apenas após a formação das primeiras turmas de cada curso de graduação e início das pós-graduações que o Instituto as Cidades avaliará a pertinência de manter unificada ou separar a Câmara em três, desde que mantenham diálogo.

A Câmara integrada faz o planejamento global das atividades acadêmicas e apenas em aspectos executivos distribui trabalhos para secretarias separadas de graduação, extensão e pesquisa. A Câmara integrada enviará três representantes aos Conselhos Centrais, um para o Conselho de Graduação, outro para o Conselho de Extensão e o último para o Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Câmara será composta pelos coordenadores dos Cursos de Graduação, coordenadores das Linhas Interdisciplinares, coordenador de Gestão de Espaços Físicos, representantes de estudantes, de técnicos e da sociedade civil.

A Câmara Integrada do IC será um órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Congregação do Instituto, que proporá, planejará e coordenará as políticas e as ações acadêmicas do IC:

- Acompanhará e avaliará o projeto acadêmico do IC no que diz respeito à graduação, propondo ajustes a serem submetidos à Congregação para aprovação. Analisará, avaliará e emitirá pareceres sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação do IC e acompanhará a implementação das matrizes curriculares e as normas regimentais, em acordo com a legislação vigente;
- Será responsável por planejar e deliberar sobre a oferta curricular e a atribuição da carga didática dos docentes do IC, dando suporte e apoio acadêmico ao funcionamento dos ateliês, laboratórios, oficinas e estágios/residência.
- Para tanto, a Câmara contará com comissões assessoras de docentes e técnicos que trabalhem mais sistematicamente em cada uma das modalidades de Unidades Curriculares (UCs) ofertadas pelo IC – UCs “tradicionais”, ateliês, laboratórios, oficinas e estágio.
- Analisará as necessidades dos cursos de graduação e do IC no que se refere à contratação de docentes e técnicos em educação, elaborará o perfil profissional e requisitos presentes nos editais a serem lançados para a contratação de novos servidores e encaminhará à deliberação da Congregação.
- Proporá e executará as políticas de desenvolvimento das atividades de extensão (programas e projetos sociais, cursos de extensão, eventos, prestação de serviços, cursos de pós-graduação *latu sensu* e programas de residência multiprofissional em cidades) em andamento pelo Instituto das Cidades, conforme a Política de Extensão definida pelo Fórum Brasileiro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e do Regimento Interno da Unifesp.
- Promoverá e coordenará atividades de pesquisa no âmbito do Instituto das Cidades.
- Definirá prioridades do Instituto das Cidades em projetos institucionais de fomento à pesquisa e seus espaços físicos.
- Definirá a oportunidade e condição de abertura de pós-graduações interdisciplinares do Instituto. Na medida em que cursos de pós-graduação *strito sensu* foram abertos, ampliam-se as atribuições da Câmara neste campo.

b. Gestão Acadêmica do Curso de Geografia

O curso de Geografia, como os demais cursos do Instituto das Cidades, contará com um coordenador e um vice-coordenador pedagógico, responsáveis por promover a implantação da proposta do Instituto das Cidades (IC) e do próprio curso, em conjunto com os coordenadores e vice-coordenadores dos demais cursos

e linhas interdisciplinares do IC. O coordenador do curso será membro da Câmara de Integrada de graduação, extensão e pesquisa e deverá encaminhar as demandas do curso àquela instância de deliberação.

O curso terá um colegiado cujo objetivo será o de estabelecer as diretrizes da gestão administrativa e pedagógica do curso em conformidade com as regras e normas do IC e da Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp. O colegiado será presidido e representado pelo coordenador do curso, composto por docentes em atividade no curso, incluídos docentes em regime de colaboração, bem como dos representantes discentes e técnicos participantes da Comissão de Curso.

A gestão do curso será operacionalizada por uma Comissão de Curso, responsável por elaborar e atualizar o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IC. A comissão será composta por docentes, discentes e técnicos. Entre os docentes, estarão necessariamente o coordenador e vice-coordenador do curso, além de pelo menos um docente que trabalhe mais sistematicamente em cada uma das modalidades de organização das Unidades Curriculares (UCs).

A comissão de curso contará com a assessoria do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no que diz respeito ao processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPPC. Todos os membros do NDE serão membros da comissão do curso e terão perfil ligado à identidade disciplinar do curso.

A comissão deverá submeter qualquer alteração de PPPC à apreciação de seu colegiado, da Câmara de Graduação, à aprovação da Congregação e à homologação do Conselho de Graduação. Semestralmente, as comissões dos cursos, após ouvidos seus colegiados, proporão a oferta de unidades curriculares (fixas, eletivas e optativas), na forma de UCs, ateliês, laboratórios, oficinas e estágios, que deverão responder às necessidades formativas dos graduandos e ao PPP do IC, submetendo sua proposta à deliberação da Câmara Integrada de Graduação, Extensão e Pesquisa.

c. Coordenadoria de Gestão de Espaços Pedagógicos

A diversidade de espaços pedagógicos, em especial do sistema Escritórios-Laboratórios-Oficinas (ELO), exige uma dedicação importante da administração do campus para a distribuição, operação e manutenção desses espaços. Para esse fim é estabelecida uma coordenadoria administrativa e executiva de Gestão de Espaços Pedagógicos (GEP), formada por TAEs. Tal coordenadoria atua de forma integrada com divisões administrativas do campus na área de compras, infraestrutura, serviços etc. Tem como objetivo deixar em condições adequadas e de segurança todos os espaços pedagógicos do campus e realizar a alocação semestral dos espaços pedagógicos. Para tanto, esta coordenadoria não tem autonomia deliberativa e remete à Câmara integrada de ensino, pesquisa e extensão, da qual o coordenador de GEP participa, e à Congregação, quando necessário, a decisão de alocação de espaços.

Nenhum espaço pedagógico é de gestão ou uso exclusivo de um Curso, Linha ou professor. Todos os espaços pedagógicos do Campus são vinculados diretamente ao Instituto das Cidades e deliberações sobre sua destinação, uso, operação, manutenção, reforma etc., são tomadas pelas instâncias colegiadas do Instituto, como a Congregação e a Câmara integrada, e executadas pela GEP.

17. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

a. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O sistema de avaliação será individual e processual, permitindo estratégias de recuperação a cada etapa de desenvolvimento da Unidade Curricular. Ao longo do semestre serão atribuídas notas aos resultados obtidos a cada etapa de trabalho concluída. Cada avaliação tem peso proporcional ao tempo e à complexidade das atividades desenvolvidas.

A avaliação final será composta pela nota atribuída pelas Unidades Curriculares e a nota atribuída pelo conjunto de professores ao desempenho geral do estudante no âmbito do Bloco Temático.

As Unidades Curriculares não vinculadas aos Núcleos Temáticos terão avaliações próprias.

b. Sistema de Avaliação e Revisão do Projeto Pedagógico do Curso

A Avaliação de Desempenho do Projeto Pedagógico deverá ser periódica, processual e coletiva. Deverá levar em consideração o resultado dos trabalhos das Unidades Curriculares, dos Núcleos Temáticos, especialmente dos TCCs e Memoriais. Outro indicador da efetividade do projeto pedagógico será o acompanhamento da inserção profissional e acadêmica dos egressos. Esse acompanhamento trará relevantes informações para a revisão do Projeto Pedagógico.

A revisão permanente do Currículo acontecerá por meio de Fóruns abertos e temáticos, que serão convocados com pautas definidas, respeitando os objetivos, princípios e diretrizes de criação do curso, a qualquer momento, acumulando as discussões de avaliação de desempenho do curso e de propostas de alteração no Projeto Pedagógico e sua matriz curricular.

Essas contribuições serão consolidadas em revisões quinquenais ou em intervalos não inferiores a 5 anos, garantindo sua progressividade e avaliação contínua. Exceção feita ao período de implantação do curso quando uma avaliação de desempenho deve ser realizada após a conclusão do segundo ano para ajustes e eventuais mudanças curriculares a serem implementadas até a conclusão da primeira turma.

A inserção do corpo docente ingressante nos processos de avaliação de desempenho e de revisão curricular é parte fundamental do reconhecimento, acolhimento e apropriação do Projeto Pedagógico de criação do curso, a que passa assumir coletivamente o protagonismo ao propor os aprimoramentos e desenvolvimentos cabíveis.

18. COOPERAÇÃO ACADÊMICA

[Em elaboração. PPP do Instituto das Cidades indica possíveis parceiros]

- a. Cooperação com Escolas e Institutos da Unifesp**

- b. Cooperação com Universidades e Institutos do Estado de São Paulo**

- c. Cooperação com Universidades e Institutos Federais**

- d. Cooperação Internacional**

19. ADMINISTRAÇÃO-ESCOLA E PERFIL DOS TAEs

a. A administração-escola do campus e seu programa de estágio

A concepção do novo campus da Unifesp na Zona Leste como mini-cidade (ver item 20.a), que funciona como um espaço experimental de planejamento e gestão, favorece que a própria administração do campus funcione como escola de formação complementar para os alunos dos diferentes cursos, por meio de atividades de integração, programa de estágio, bolsas de iniciação à gestão (BIG), escola de governo etc. Além disso, este, por ser o campus que abriga o curso de graduação em Administração Pública, tem a missão de integrar ensino e gestão de forma inovadora, constituindo um elo importante de aprendizado e implementação, tanto para a renovação da própria gestão quanto da graduação. Esta é oportunidade única para apresentação aos estudantes de situações concretas de administração de um órgão público especial, que é a própria Universidade – cuja obrigação é ser um setor do Estado brasileiro capaz de autorreflexão permanente e produção de conhecimento.

A administração-escola do Campus Zona Leste prevê um programa de estágio que poderá atender simultaneamente cerca de 80 estudantes – com um projeto pedagógico específico. O estágio programado é uma atividade educativa indispensável à integralização curricular da formação dos administradores públicos, arquitetos e urbanistas, geógrafos, engenheiros civis e engenheiros ambientais e sanitários e tem por objetivo qualificar o processo de ensino-aprendizagem do trabalho que ocorre no âmbito da formação e da intervenção profissional. Trata-se de uma importante etapa no ciclo de vida do aluno na graduação, pois é o momento que permite a articulação interdisciplinar entre as diferentes unidades curriculares com as dimensões teórico-metodológica e técnico-práticas que são necessárias para o exercício profissional. Assim, a gestão do campus se apresenta como espaço importante para escolha e oportunidade de estágio por parcela dos estudantes.

Os alunos do Instituto das Cidades terão a oportunidade de estagiar nas diferentes áreas que compõe a gestão do campus: Administração, Áreas Acadêmica, Complexo de Esporte, Saúde e Alimentação, além dos vários programas de Extensão previstos (Centro de Memória da Zona Leste, Escola de Governo, Escritório Modelo, Observatório de Políticas Públicas, entre outros, alguns já em funcionamento).

A Administração do campus como um todo envolve diversas atividades e diferentes complexidades relacionadas à administração de uma organização pública como, por exemplo, área de compras públicas, contratos e convênios, licitações, planejamento de infraestrutura, gestão de imóveis, gestão com pessoas, tecnologia de informação, gestão ambiental, controladoria, entre outras, sendo estes interessantes espaços que permitirão aos alunos presenciar na prática atividades de planejamento, organização, liderança, comando e controle, desenvolver habilidades e técnicas de negociação assim como capacidades técnicas específicas de cada atividade.

Já as Atividades Acadêmicas contemplam as diferentes atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão do Instituto das Cidades permitindo aos estagiários desenvolver atividades junto à câmara integrada de graduação, extensão e pós graduação, biblioteca, diversos laboratórios e ateliês temáticos e de políticas públicas, entre outros. As grandes oficinas e canteiro experimental também serão espaços importantes de formação profissional dado que nas oficinas de materiais, maquetes e protótipos, no próprio canteiro

experimental, na central ambiental e de reciclagem os alunos poderão fazer a conexão entre os referências teórico metodológicos com os práticos.

Fundamental em todo este processo é a supervisão dos estágios tanto por docentes dos cursos como por um representante do Programa de Estágio dentro da Administração-Escola do Instituto das Cidades a fim de potencializar as possibilidades de aprendizado profissional dos estudantes garantindo o melhor contato com a realidade dos espaços envolvidos e estimulando uma reflexão crítica e construtiva capaz de contribuir com a melhor execução das atividades de forma eficiente e eficaz na gestão do espaço e dos recursos públicos.

b. Perfil dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs

Os Técnicos Administrativos em Educação do Instituto das Cidades, são sujeitos fundamentais na construção e desenvolvimento do campus, serão responsáveis por uma serie de atividades na gestão do campus e no apoio às atividades acadêmicas, de ensino, extensão e pesquisa. Espera-se que os TAEs:

- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa, cultura e extensão;
- Atuem no planejamento, organização, execução e avaliação das atividades técnico-administrativas para gestão e operação cotidiana do Campus, mantendo as atividades meio e infraestruturas necessárias para o seu pleno funcionamento;
- Realizem tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Unifesp disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto das Cidades;
- Participem de programas de capacitação e aperfeiçoamento, pós-graduação e pesquisa;
- Contribuam e participem com o desenvolvimento de atividades de cultura e extensão fortalecendo as relações com o entorno do campus e a região da Zona Leste;
- Contribuam com o intercambio de conhecimento e troca de informações entre os campi, escolas e institutos da Unifesp;
- Contribuam com o desenvolvimento de uma Administração-Escola no âmbito do IC, levando sua experiência para o restante da Unifesp;
- Contribuam com o desenvolvimento discente nas atividades ligadas aos estágios do Programa Administração-Escola, colaborando com o projeto pedagógico de integração ensino-gestão;
- Participem como representantes do IC em órgãos colegiados, tais como comissões, câmaras e conselhos;

- Mantenham reflexão permanente sobre suas práticas administrativas e em assuntos educacionais, como profissionais críticos, conscientes e ativos na construção de uma universidade democrática, eficiente e socialmente referenciada.

20. APOIO AO ESTUDANTE

a. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

(obs: vigentes em 2015, sujeitas a alterações)

- *Núcleos de Apoio ao Estudante (NAEs)*. Em cada campus da Unifesp há uma equipe formada por profissionais das áreas de serviço social, educação e saúde que compõem o NAE. O NAE está vinculado à PRAE e a Direção do Campus e tem como objetivos principais: Contribuir para as Políticas de Permanência estudantil; Executar e contribuir para as políticas de apoio aos(às) estudantes; Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, visando uma formação integral e de qualidade; Participar, apoiar ou acompanhar projetos vinculados aos(às) estudantes junto à PRAE.
- *Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD)*. É um Serviço criado para receber estudantes de todos os Campi que necessitem de atendimento médico especializado e que não seja coberto pelos serviços de saúde do município no qual se encontra o Campus do(a) estudante. São atendimentos em diversas especialidades: odontologia, ginecologia, ortopedia, psiquiatria, nefrologia, cirurgia vascular, urologia, dermatologia, otorrinolaringologia e endocrinologia. Conta também com apoio de serviço de enfermagem. Este serviço não pode ser considerado um substituto para os serviços de seu município e nem pode ser tratado como um “plano de saúde” da Unifesp.
- *Restaurantes Universitários*. Em todos os Campi da Unifesp existem Restaurantes Universitários. Neles a comunidade acadêmica pode realizar suas refeições balanceadas (almoço e jantar) com o preço subsidiado. Ou seja, o valor é fixo e bem abaixo do preço da refeição. O(a) estudante paga o preço fixo e a PRAE complementa.
- *PAPE – Programa de Auxílio para o(a) Estudante*. É um dos programas que compõem a Política de Permanência Estudantil da Unifesp. Ele tem como objetivo criar condições de acesso, aproveitamento e permanência plenos da formação acadêmica aos(às) estudantes que apresentem perfil de vulnerabilidade socioeconômica através da concessão de auxílios. A análise para concessão dos auxílios é realizada pela assistente social do NAE de cada campus por meio de um estudo para identificar o perfil do(a) estudante que pode ser classificado como:
 - Perfil I: caracteriza situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica;
 - Perfil II: caracteriza situação de alta vulnerabilidade socioeconômica;
 - Perfil III: caracteriza situação de média vulnerabilidade socioeconômica;
 - Perfil IV: caracteriza situação de baixa vulnerabilidade socioeconômica;
 - Perfil V: caracteriza situação de vulnerabilidade financeira, ou seja, apenas atende ao perfil de renda estabelecido pelo PNAES sem apresentar outros indicadores sociais (perfil não prioritário).

- *PBP - Programa de Bolsa Permanência.* É um programa do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao(a) estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. Este programa somente atende estudantes de cursos com 05 ou mais horas diárias de aula. Os(as) demais estudantes não contemplados por este critério podem solicitar os auxílios do PAPE, conforme as normas deste programa.
- *Atenção à Saúde Física e Mental Acolhimento em Saúde.* Entrar na universidade é um momento de mudanças intensas na vida do(a) estudante. Muitas questões novas se colocam: como estudar, onde morar, com quem contar, onde ir, o que fazer com tudo o que aprendi e não funciona mais nesse novo lugar? Essas, entre outras questões, podem nos levar a caminhos diferentes; por um lado, podemos ficar mais frágeis e todo esse processo se tornar mais difícil ou podemos nos tornar mais potentes e todas essas questões podem nos impulsionar na nossa vida acadêmica. Em ambas situações é importante saber que temos na universidade uma equipe de profissionais abertos a acolher e ajudar os estudantes a encaminhar as questões que emergem nesse momento, assim como nos demais momentos do ciclo de formação. As ações desenvolvidas nos NAEs são baseadas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e contam com o acolhimento de demandas do(a) estudante e do contexto universitário de modo a encaminhá-las para as unidades de atenção (internas e externas) de acordo com cada especificidade. Além do acolhimento, a política de atenção em saúde trabalha a partir de eixos (alimentação, sexualidade, atividade física, cultura, lazer, pertencimento, articulação e mobilização) que organizam as ações desenvolvidas junto aos(as) estudantes da universidade. Essa organização considera as dimensões mais sensíveis ao ciclo de vida universitário e permite a ampliação de temas de acordo com as possibilidades e necessidades tanto da universidade quanto dos(as) estudantes.
- *Rede Procultura Unifesp.* Tem como objetivo mapear e auxiliar as atividades culturais no âmbito das ações da Coordenadoria de Cultura, Atividade Física e Lazer da PRAE.
- *BIG - Bolsas Iniciação à Gestão.* O Programa BIG atribui bolsas e tem como objetivo oferecer ao(a) estudante espaços e condições para a iniciação e desenvolvimento de atividades que promovam aprimoramento de suas futuras habilidades profissionais. Este programa tem uma natureza ao mesmo tempo acadêmica e profissionalizante, no que diz respeito ao processo de formação e vivência universitária em setores relacionados à gestão educacional, institucional e social. Nele, podem concorrer projetos de servidores da Universidade. O Programa BIG PRAE atribui bolsas e tem como objetivo potencializar as ações de permanência estudantil, trabalhando junto com estudantes bolsistas em atividades que promovam a criação, o acompanhamento e aprimoramento de políticas institucionais sobre esse assunto em cada campi da Unifesp. Nele, os(as) bolsistas trabalham em projetos desenvolvidos pelas equipes dos NAE e SSCD e Coordenadorias da PRAE.
- *Promisões - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior.* Tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro de R\$ 622,00 (valor em 2015) para alunos(as) estrangeiros(as) participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados(as) em cursos de graduação em instituições federais de

educação superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos(as) estudantes durante o curso, já que muitos(as) vêm de países pobres.

- *Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)*. Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Desde 2005, o programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas IFES. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas.
- *Auxílio a transportes para atividades complementares*. As atividades complementares visam promover a sociabilização, o estímulo da criatividade e a autoestima dos(as) estudantes da Unifesp. Durante o ano você pode solicitar transporte coletivo, destinado a apoiar sua participação em eventos de caráter político, didático-pedagógico, cultural ou esportivo.
- *Procultura Estudantil e Proesporte Estudantil*. Os editais constituem parte da política da Coordenadoria de Cultura, Atividade Física e Lazer e tem como objetivo dar apoio financeiro a projetos nas áreas de cultura e esporte.

b. Programas e Ações da Pró-Reitoria de Graduação

(obs: vigentes em 2015, sujeitas a alterações)

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC*. É voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior, visando contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional, para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, incentivar as instituições à formulação de uma política de iniciação científica, possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação, qualificar alunos para os programas de pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural e proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.
- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI*. Foi criado no sentido de estimular estudantes do ensino técnico e superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação, visando contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País, para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, incentivar as instituições à formulação de uma política de iniciação científica, possibilitar maior

interação entre a graduação e a pós-graduação, qualificar alunos para os programas de pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural e proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

- *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF)*. É uma ação que tem como missão complementar as ações afirmativas já existentes nas universidades. Seu objetivo é oferecer aos alunos beneficiários dessas políticas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de iniciação científica. Este Programa está inserido no PIBIC e é resultado de uma parceria entre a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SUBPAA / SEPPIR-PR e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia – CNPq / MCT.
- *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID Unifesp*. Tem por finalidade apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura visando aprimorar a formação, valorizar o magistério e contribuir para a elevação do padrão de qualidade da educação básica.
- *Programa de Monitoria*. Visa contribuir para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, promover cooperação entre professores e alunos e estimular a iniciação à docência.
- *Programa Jovens Talentos*. Visa capacitar o aluno recém ingresso na Universidade, selecionado por prova de conhecimento gerais específico elaborado pela CAPES e CNPq, para desenvolverem após um ano, Programas de Iniciação Científica (PIBIC/PIBITI/PIBIF-Af), PIBID ou Ciência sem Fronteiras.
- *Programa de Educação Tutorial (PET)*. É uma política do Ministério da Educação que foi criada para apoiar atividades acadêmicas que integrem ensino, pesquisa e extensão. A partir de editais específicos, são formados grupos tutoriais de aprendizagem que possibilitam a realização de atividades extracurriculares complementares à formação acadêmica do graduando de acordo com o plano de desenvolvimento institucional e do projeto pedagógico da graduação. Cada grupo PET é formado por um docente tutor e por estudantes, que recebem apoio financeiro para o desenvolvimento de suas atividades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- *Programa de Aperfeiçoamento Didático (PAD)*. É uma política institucional de formação de professores para o ensino superior, caracterizando-se como espaço de aprendizagem sobre o magistério superior na perspectiva de dialogar com a formação docente universitária inicial e permanente de mestrandos e doutorandos. O PAD abrange os estudantes de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu de mestrado ou doutorado. Parte-se do princípio de que o preparo para a função docente não significa apenas a instrumentação técnica, mas também uma reflexão crítica desta prática e da realidade onde esta se realiza.

21. QUADRO DE SERVIDORES DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES

a. Docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo

- *Estimado em 27 docentes*
- *Apresentação de mini-cvs (ainda não há docentes concursados/alocados)*

b. Docentes dos demais cursos do Instituto das Cidades

- *Total de docentes pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos, com vagas a serem enviadas progressivamente até 2018: 159*
- *Total de docentes dos 8 cursos: 243*

c. Técnico Administrativo em Educação -TAEs do Campus Zona Leste

- Total de TAEs pactuados com o MEC para os primeiros 5 cursos: 184
- Destes 74 TAEs classe E (Nível Superior) e 110 TAEs classe D (Nível Médio)
- 80% dos TAEs são alocados no Campus e 20% na Reitoria ou livre distribuição desta
- Assim, o Campus contará até 2017, conforme a pactuação com: 147 TAEs, sendo 59 de Nível E e 88 de Nível D

22. INFRAESTRUTURA DO CURSO E DO INSTITUTO DAS CIDADES

a. Campus como mini-cidade escola

A oportunidade de realizar o Instituto das Cidades será também a de entender o Campus Zona Leste como um espaço experimental de produção e gestão de cidades em que o próprio campus é objeto de pesquisa e intervenção. Com diversas formações em planejamento, projeto e construção de cidades, esse campus deverá manter um caráter de exemplaridade em si mesmo, com pesquisas experimentais permanentes. Entre elas, testar novas tecnologias construtivas e formas espaciais inovadoras; pensar sua relação com o contexto urbano e com a paisagem, incluindo a área de preservação e nascentes que abriga; realizar uma política de gestão ambiental e de resíduos, monitoramento constante de emissões, reuso de água e eficiência energética, com objetivo de redução da pegada ambiental; combinar e alternar momentos de estudo com os de “trabalho” (dentro das oficinas da antiga fábrica, mantida como espaço de produção); realizar ações piloto de intervenção, manutenção e recuperação em edificações, móveis e equipamentos do campus; realizar plenárias e grupos de trabalho de avaliação, mapeamento, planejamento e administração do Campus, como exercício de gestão de uma pequena cidade; tudo isso com o objetivo de se tornar um campus sustentável, construtivamente inovador, acolhedor e democrático.

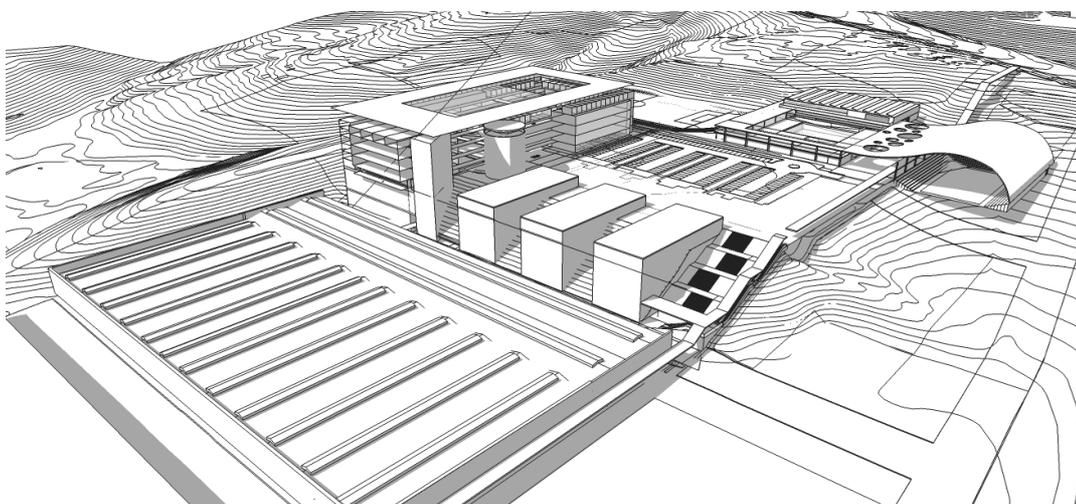
O Campus Zona Leste ainda permite que várias camadas históricas, de uso e ocupação da sua gleba permaneçam de algum modo ativos, física e pedagogicamente. São elas: a Área de Preservação Permanente - APP de cerca de 25 mil m², com mata nativa e duas nascentes e córregos afluentes do Rio Jacu; o primeiro uso antrópico da gleba como chácara de família de imigrantes japoneses, produtora de horti-fruti e integrante do cinturão verde leste de São Paulo; sua conversão em área industrial no final dos anos 1970 com a instalação da Metalúrgica Gazarra, uma das principais fábricas da Zona Leste e importante lugar de memória operária; e, por fim, sua transformação em Campus Universitário. De tal forma que a mini-cidade dialoga com esses patrimônios materiais e imateriais, ambientais e construídos. Seja com a recomposição e gestão da APP e recuperação das duas nascentes e córregos; com a destinação de ao menos 10 mil m² (1ha) para agricultura urbana, com horta e pomar, que abastecerá o Restaurante Universitário; a manutenção e renovação do prédio principal da indústria Gazarra para instalação das grandes oficinas e canteiro experimental; e, por fim, as novas edificações universitárias. De modo que tempos e naturezas distintas se interrelacionam, dialogam e são espaços pedagógicos para compreensão de uma mini-cidade que se faz com consciência do seu sentido histórico, seus patrimônios e memórias.

VISTA AÉREA DO TERRENO E EDIFÍCIOS DA ANTIGA METALÚRGICA GAZARRA – CAMPUS



ZONA LESTE, 201

**ESTUDO PRELIMINAR DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA O CAMPUS ZONA LESTE
REALIZADO PELO ESCRITÓRIO PÚBLICO DE PROJETOS DAS PRÓ-REITORIA DE
PLANEJAMENTO DA UNIFESP.**

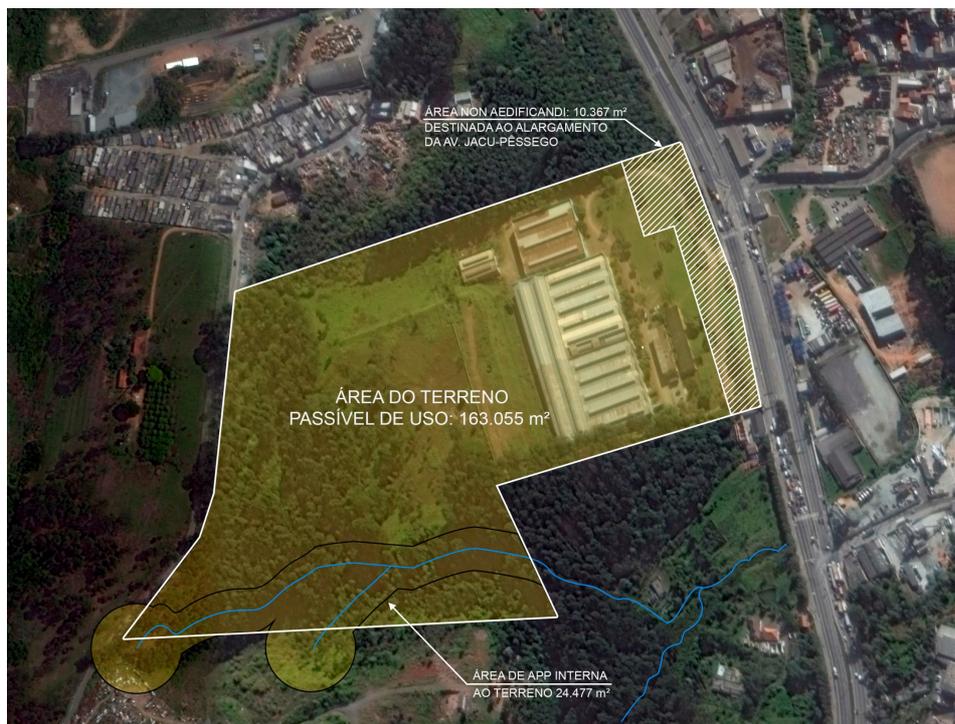


PERSPECTIVAS INTERNAS DO EDIFÍCIO PRINCIPAL (ESTUDO PRELIMINAR, PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO)



b. Plano Diretor do Campus e Fases de Implantação do Campus

O partido projetual do Plano Diretor Preliminar (*Master Plan*) do campus procura potencializar suas conexões com a situação urbana onde se encontra. A parte frontal do terreno, na Av. Jacu-Pêssego, é entendida como a “fachada metropolitana” do campus. Nessa avenida passará um corredor metropolitano de ônibus que integrará diversas estações de metrô e ônibus, além das regiões do ABC com Guarulhos e o Rodoanel. É por ali que chegará grande parte do público da universidade, onde se pretende que a estação do corredor metropolitano de ônibus tenha sistema de passarelas que permita o acesso direto ao campus, sem a necessidade de atravessar a movimentada avenida.



- | | |
|---|--|
| ■ A. Edifício de cultura e extensão | ■ Parque Universitário |
| ■ B. Oficinas experimentais de grande porte | ■ Moradia Estudantil |
| ■ C. Edifício de Direção e Administração | ■ Creche/EMEI Municipal |
| ■ D. Edifício do Instituto das Cidades | ■ Casa do professor visitante |
| ■ E. Edifício para instituto futuro | ■ Circulação coberta de pedestres |
| ■ Clube Universitário | ■ Circulação de veículos e estacionamentos |

Na fachada metropolitana a universidade se apresenta aos cidadãos, com edifícios de grande presença e de uso público, compartilhado entre universidade e a sociedade em geral. O edifício denominado de Bloco A abrigará teatro, cinema, biblioteca central do campus, Centro de Memória da Zona Leste, Observatório de Políticas Públicas, Universidade Aberta da Terceira Idade, Incubadora de Cooperativas, entre outros projetos de extensão universitária, praças cobertas e abertas e um restaurante que pretende atender tanto ao público

acadêmico quanto a outros usuários desse equipamento de cultura e extensão. A fachada metropolitana é, desse modo, expressão do desejo da universidade de manter seu diálogo com a sociedade, de oferecer equipamentos que possam ser utilizados por públicos diversificados. É também reconhecimento da mobilização popular que deu origem ao campus – e de que a sociedade não pode ser apartada da universidade por muros físicos e simbólicos.

A outra fachada, para a Rua Sho Yoshioka, é denominada de “fachada de bairro”. Nela definimos a localização de equipamentos da universidade que colaboram para a animação da vida de bairro e novos serviços. São eles a creche, a Moradia Estudantil e o Clube Atlético do campus. A Rua Sho Yoshioka interliga bairros populares com o Parque do Carmo e o Sesc Itaquera. Pode-se pleitear junto à prefeitura a qualificação dessa via, incluindo ciclovias e novos empreendimentos habitacionais e de uso misto. A área destinada ao Clube Universitário integrar-se-á à APP, com Mata Atlântica e duas nascentes de córregos intermitentes. Essa área será preservada integralmente, recuperada no que for necessário e aproveitada em seu potencial paisagístico, com trilhas para caminhadas. A Moradia Estudantil deve ser pensada, como já vem sendo proposto nos debates e comissões internas da Unifesp, não apenas como alojamento, mas como uma república (*res-publica*) estudantil. Isto é, como espaço de autonomia para atividades, debates, estudos, festas, cineclube, cozinhas coletivas – um exercício de socialização dos jovens, diferenciado do isolamento doméstico convencional. A moradia estudantil, que também será fruto de concurso organizado para todos os campi da Unifesp, deverá ser exercício para se pensar novas organizações espaciais, qualidades ambientais e tecnologias para a moradia econômica, não apenas estudantil, mas que é resultado das políticas públicas habitacionais.

No interior da gleba, propõe-se que o platô que abriga o prédio principal da antiga fábrica Gazarra e da cooperativa que lhe seguiu tenha grande parte do edifício mantido e recuperado. Essa é uma decisão tanto para manter viva a memória operária da zona leste, para a qual esse prédio faz referência a um importante espaço do mundo do trabalho, quanto para ser utilizado novamente em atividades práticas e de produção, agora experimentais e acadêmicas. A fábrica recuperada será o Bloco B, com oficinas de materiais (madeira, metais, concreto, argamassa armada, tijolo e cerâmica, terra crua, bambu, fibras vegetais, etc.), o Canteiro Experimental coberto (que contará com ponte rolante e executará exercícios modulares e de pré-fabricação leve), o Setor de Protótipos e Modelos, uma pequena gráfica e, por fim, as Centrais de Monitoramento Ambiental e de Gestão de Resíduos e Reciclagem – que fará pesquisa na área e o tratamento do próprio lixo do campus, incluindo o das oficinas. A manutenção do prédio da antiga fábrica não significa que deva permanecer intocado, mas pode sofrer interferências, aberturas, demolições e recomposições parciais, para melhor atender ao programa de necessidades, incluindo áreas de convivência coberta e praças.

O segundo platô, mais acima, é a área destinada ao ensino e à pesquisa. Ali serão instalados os prédios dos institutos do campus. O primeiro deles, o Bloco D, será o Instituto das Cidades. Nele estarão as salas de aula, ateliês de projeto, laboratórios de ensino e pesquisa, salas de professores, direção e secretarias acadêmicas. Também faz parte do programa um auditório, uma cantina e uma praça coberta para exposições, convívio e grandes debates. A circulação dos usuários deve permitir que visualizem os ateliês de projeto e mesmo os laboratórios com todas as suas atividades, exibindo a animação do aprendizado aplicado e interdisciplinar. O Bloco D ainda pode explorar sua fachada sul, sem incidência solar direta e com potencial para ser envidraçada, com vista para a Mata Nativa no entorno dos corpos d’água.

Entre os dois platôs, na condição de edifício-infraestrutura, que colabora com a urbanização de um talude e sua contenção, estará o Bloco C, de Administração e áreas técnicas. Deverá ser um bloco baixo e

linear, paralelo à antiga fábrica, com térreo com almoxarifados centrais, áreas de apoio a terceirizados, áreas técnicas de geradores e datacenter, além de um miniambulatório. Nos andares superiores serão instalados os setores administrativos, apoio acadêmico e direção do campus, concentrando grande parte dos servidores técnicos da universidade.

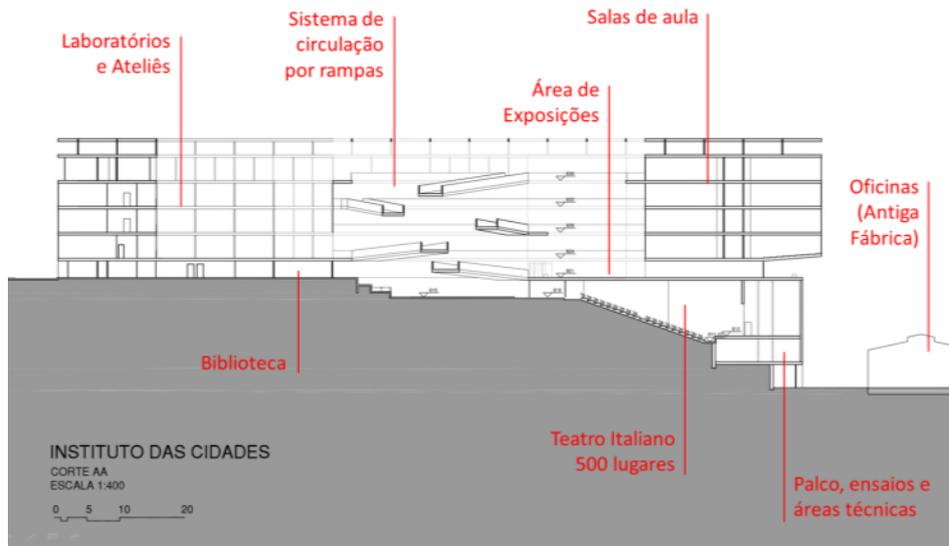
Obs: Os trechos a seguir, apresentando projetos e descrevendo a infraestrutura do Instituto das Cidades e do Campus serão detalhados concomitantemente ao desenvolvimento do projeto executivo, que ocorrerá a partir de setembro/15

c. Edifício Principal do Instituto das Cidades

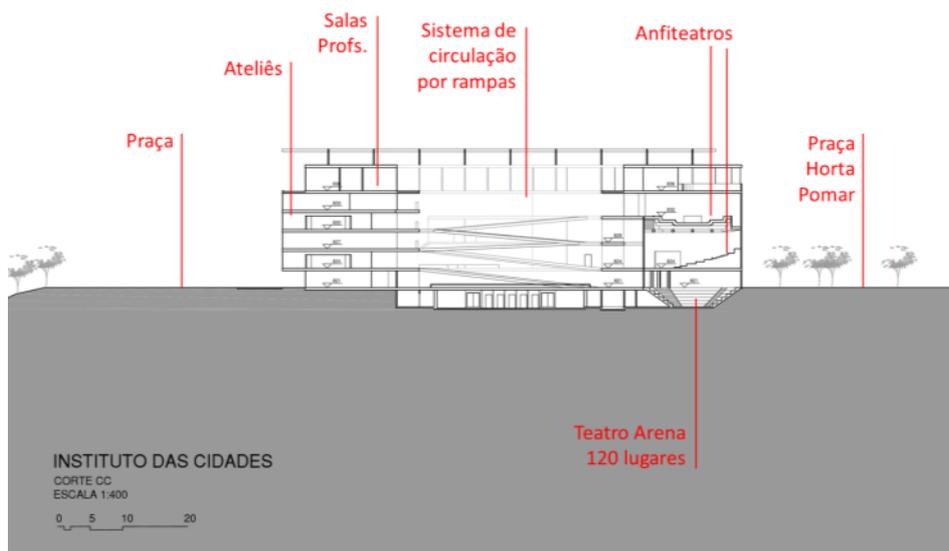


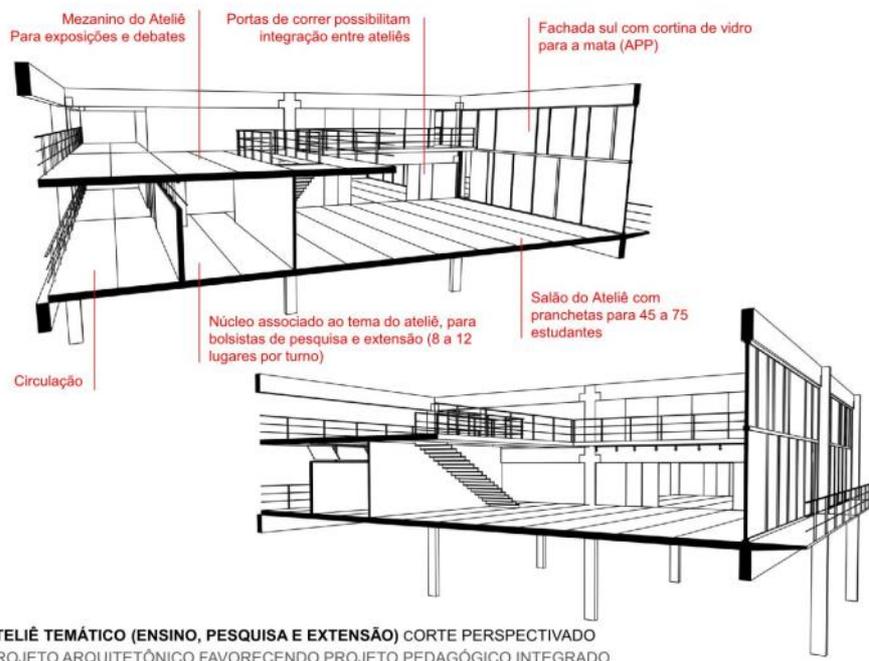
Estudo Preliminar completo do edifício disponível no site: www.unifesp.br/campus/zonaleste

Corte longitudinal



Corte transversal





- d. Ateliês
- e. Laboratórios de Ensino
- f. Oficinas
- g. Canteiros Experimentais
- h. Núcleos de pesquisa e extensão associados aos ateliês, laboratórios e oficinas
- i. Salas de aula
- j. Infraestrutura dos Programas de Extensão
- k. Teatros e auditórios
- l. Biblioteca
- m. Livraria e Papelaria
- n. Área esportiva e da saúde
- o. Restaurante Universitário e Agricultura urbana
- p. Áreas verdes e praças
- q. Secretarias acadêmicas e áreas administrativas
- r. Escritórios de professores e secretarias de cursos

- s. **Sistemas de água, esgoto, energia e monitoramento ambiental (visitáveis e de caráter pedagógico)**
- t. **Moradia Estudantil**
- u. **Creche municipal no Campus**

23. EMENTÁRIO

(a ser elaborado)

24. ANEXOS

a. Documentos Orientadores para a Construção do PPPC

Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades da Unifesp. Aprovado no Consu e Conselho de Graduação entre 2014 e 2015.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 09 de julho de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Geografia.

Decreto nº 85.138 de 15/9/1980 que Regulamenta a Lei nº 6.664, de 26 JUN 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências.

b. Documentos Autorizativos do MEC e Unifesp para abertura do Curso

Aprovação da Implantação do Instituto das Cidades e do Campus Zona Leste no Conselho Universitário em 17 de dezembro de 2014.

Link:

www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_lete/documentos/Institucional/Atas_Autorizativas/Consu/Ata_Consu_17-12-14.pdf

Pactuação do IC e Campus Zona Leste com o MEC assinada em 18 de dezembro de 2014

Link:

www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_lete/documentos/Institucional/Pactuacao/Pactuacao_Assinada_.pdf

Demais atas e aprovações:

Link:

www.unifesp.br/campus/zonaleste/institucional/institucional-titulo/atas-autorizativas

Atas do Conselho Universitário (CONSU) da Unifesp

Ata de 08 de abril de 2015

Ata de 17 de dezembro de 2014

Ata de 12 de junho de 2013

Ata de 10 de abril de 2013

Atas do Conselho de Graduação (CG) da Unifesp

Ata de março de 2015

Ata de novembro de 2014

Ata de outubro de 2014

Ata de abril 2013

c. Regulamento e Normas para elaboração do TCC

[Ainda não elaborado]